



Universidade de Aveiro Departamento de Engenharia Civil
2011

Hélia Costa Seguro

**Indicadores de Desempenho Sustentável na
Construção – Estudo de Caso**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Victor Miguel Carneiro de Sousa Ferreira e com a co-orientação do Professor Doutor Paulo Barreto Cachim, ambos Professores Associados do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, e Eng.^a Eloisa Cepinha, Gestora de Sustentabilidade do Grupo Soares da Costa.

o júri

presidente

Prof. Doutor Margarida João Fernandes De Pinho Lopes
professor auxiliar do departamento de engenharia civil da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Ricardo Filipe Mesquita Silva Mateus
professor auxiliar da Universidade do Minho

Prof. Doutor Victor Miguel Carneiro De Sousa Ferreira
professor associado do departamento de engenharia civil da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Paulo Barreto Cachim
professor associado do departamento de engenharia civil da Universidade de Aveiro

Eng.^a Eloisa Isabel Fernandes Cepinha
gestora de sustentabilidade do grupo Soares da Costa

agradecimentos

Embora uma dissertação seja, pela sua finalidade académica, um trabalho individual, existem contributos de natureza diversa que não podem nem devem ser descurados. A conquista tem que ser dividida com todos os que contribuíram, de forma direta ou indireta para a concretização e conclusão deste trabalho. A todos gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Victor Ferreira, por todo o apoio que me deu, pelas suas críticas e sugestões enriquecedoras, bem como pela compreensão, pelo protelamento na entrega do trabalho e incentivo na concretização do mesmo, ainda que fora das épocas normais do calendário académico.

À Engenheira Eloisa Cepinha, da empresa - Grupo Soares da Costa, SGPS SA, pela incansável e indescritível disponibilidade voluntária, pelo apoio e colaboração na apreciação do presente trabalho nas suas diversas etapas e na disponibilização de dados.

Ao corpo administrativo do Departamento de Engenharia Civil, nomeadamente Dr.^a Isabel Viegas e Assistente Técnica Celme Tavares, pela constante simpatia aquando do atendimento telefónico e presencial, bem como pela disponibilização célere das informações administrativas relativas à presente dissertação e auxílio na interpretação das mesmas.

À minha amiga Ana Gramaça, pela força que imprimiu em mim nesta fase final do trabalho, que tanto contribuiu para a realização do mesmo, para ti Ana procurei e procurei... mas..., não encontrei aquela palavra, que verdadeiramente espelhe o agradecimento manifestamente substancial, por toda a tua ajuda. Talvez porque não exista, OBRIGADO!

Aos meus familiares, pelo apoio e suporte incondicionais para a realização deste meu projeto e pela compreensão e ajuda, durante esta caminhada, que forçou períodos de ausência no seio familiar.

palavras-chave Desenvolvimento sustentável, relatório, indicadores de desempenho, construção.

resumo A utilização de indicadores voltados para a medição da sustentabilidade económica, ambiental e social nas empresas, tem tomado proporções de importância significativa no mundo e no país. Nesta tese, faz-se uma resenha histórica sobre a temática do desenvolvimento sustentável, reporta-se a importância das organizações produzirem um relatório de sustentabilidade, segundo as diretrizes da GRI – *Global Reporting Initiative* e conceituam-se indicadores de desempenho sustentável, que constituem uma ferramenta importante na tomada de decisão comprometida com o desenvolvimento sustentável, bem como outros termos relevantes.

Os relatórios de sustentabilidade são o resultado de um processo que visa identificar, medir, divulgar e prestar contas sobre as ações das empresas com vista à sustentabilidade. Este tipo de comunicação permite atenuar o risco, e por vezes prevê-lo, proteger a imagem da empresa e assegurar uma posição competitiva. As vantagens vão desde a sensibilização dos colaboradores para as metas da empresa, relativamente ao desenvolvimento sustentável, até à atração de capital a longo prazo e condições de financiamento favoráveis. Assim, as empresas e todas as partes interessadas têm um instrumento que possibilita dialogar e implantar um processo de melhoria contínua do desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o objetivo foi verificar se os relatórios dos três grupos em estudo (Mota-Engil SGPS, S.A., Somague SGPS, S.A. e Soares da Costa SGPS, S.A.), obedeceram a algum tipo de padronização na divulgação das suas informações, identificando quais foram os indicadores disponibilizados e a frequência com que estes foram usados. Também foi avaliada a forma de apresentação das informações no relatório, observando-se as de carácter quantitativo e/ou qualitativo, sendo que para as quantitativas, foram efetuados os cálculos necessários, que permitiram confirmar a fidelidade das informações.

Este trabalho envolveu a construção de matrizes de análise, onde a informação dos grupos foi cruzada e estruturada de acordo com os critérios seguintes: **(i)** elencar da informação disposta por indicador nos relatórios de sustentabilidade do ano de 2008 das empresas selecionadas; **(ii)** de acordo com a informação reportada, analisar e verificar a adequabilidade da mesma, perante os indicadores GRI a que fazem referência, e comparar e apreciar a existência de padrões entre estes três atores do setor, aferindo a pertinência dos indicadores GRI perante o setor da construção civil; **(iii)** concluir e propor modificações aos indicadores de sustentabilidade para a indústria da construção; e **(iv)** apresentar conclusões, por aspeto e por dimensão económica, social e ambiental.

keywords Sustainable development, sustainability report, performance indicators, construction.

abstract The use of indicators in corporations, aiming to measure the economic, environmental and social sustainability impacts, has taken significant importance in the world and in the country. In this thesis, an historical review, is made, about sustainable development, is also made a reference about the importance of organizations to produce a sustainability report in accordance with guidelines of the GRI (Global Reporting Initiative) and conceptualize sustainable performance indicators, which constitute an important tool committed to sustainable development decision, as well as other relevant terms.

Sustainability reports are the result of a process that aims to identify measure, disclose and report about companies' sustainability actions. This type of communication helps to mitigate risks and sometimes predicting them, protect company's image and ensure a competitive position. The benefits ranging from awareness among employees to the goals of company's sustainable development, to attract long-term capital and favorable financing conditions. Thus, businesses and all stakeholders have an instrument that allows dialogue and implement a process of continuous performance improvement towards sustainable development. In this sense, the objective was to determine whether the reports of the companies under study (Mota-Engil SGPS, S.A., Somague SGPS, S.A. e Soares da Costa SGPS, S.A.), obeyed some kind of standardization in the disclosure of their information by identifying which indicators were available and how often they were used. It was also analyzed the presentation forms, of the information, observing the ones with quantitative and/or qualitative character, nothing that for quantitative the necessary calculations were made, to confirm their reliability.

This work has involved the construction of analysis matrices, where groups information was crossed and structured according to the following criteria: (i) enumerate the information listed in sustainability reports - 2008, about the selected companies, by indicator; (ii) according to the reported information, analyze and verify their suitability, through GRI indicators, and compare and assess the existence of patterns between the three companies in the Sector, assess the relevance of the GRI indicators for the construction Sector; (iii) to conclude and propose, changes to the sustainability indicators for the construction industry; and (iv) present final conclusions, by aspect and by economic, social and environmental dimension.

ÍNDICE GERAL

1	Objetivo da Tese.....	1
2	Introdução	2
3	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	5
3.1	Triple Bottom Line	5
4	Relatório de Sustentabilidade – Modelo da GRI	8
4.1	Objetivo	8
4.2	Vantagens em Produzir um Relatório	8
4.3	Estrutura	10
4.3.1	Nível de Aplicação da Estrutura.....	12
4.4	Indicadores de Desempenho Sustentável	14
4.4.1	Definição	14
4.4.2	Indicadores Essenciais e Complementares.....	14
4.4.3	Protocolos de Indicadores	14
4.4.4	Protocolos Setoriais.....	15
4.4.5	Seleção/Construção de Indicadores.....	15
5	Sinopses dos Grupos em estudo – História, Áreas de Negócio e Auto-Declaração GRI.....	17
5.1	Mota-Engil, SGPS, S.A.	17
5.2	Grupo Somague SGPS, S.A.	18
5.3	Soares da Costa, SGPS, SA.....	19
6	Análise Comparativa aos relatórios de sustentabilidade das Empresas em Estudo	21
6.1	Indicadores de Desempenho Económico.....	21
6.1.1	Aspeto – Desempenho Económico.....	22
6.1.2	Aspeto – Presença no Mercado	24
6.1.3	Aspeto – Impactos Económicos Indiretos	26
6.1.4	Súmula das alterações propostas	26
6.2	Indicadores de Desempenho Ambiental	28
6.2.1	Aspeto – Materiais.....	29
6.2.2	Aspeto – Energia	31
6.2.3	Aspeto – Água	36
6.2.4	Aspeto – Biodiversidade	37
6.2.5	Aspeto – Emissões, Efluentes e Resíduos	40
6.2.6	Aspeto – Produtos e Serviços	46
6.2.7	Aspeto – Conformidade.....	47
6.2.8	Aspeto – Transporte	48
6.2.9	Aspeto – Geral.....	48
6.2.10	Súmula das alterações propostas	48
6.3	Indicadores de Desempenho Social.....	53

6.3.1	Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	55
6.3.1.1	Aspeto – Emprego	55
6.3.1.2	Aspeto – Relações entre Funcionários e Administração	57
6.3.1.3	Aspeto – Segurança e Saúde no Trabalho	58
6.3.1.4	Aspeto – Formação e Educação	61
6.3.1.5	Aspeto – Diversidade e Igualdade de Oportunidades	63
6.3.2	Indicadores de Desempenho referentes aos Direitos Humanos	64
6.3.2.1	Aspeto – Práticas de Investimento e Aquisições.....	64
6.3.2.2	Aspeto – Não-discriminação	67
6.3.2.3	Aspeto – Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva ..	68
6.3.2.4	Aspeto – Trabalho Infantil	68
6.3.2.5	Aspeto – Trabalho Forçado e Escravo	69
6.3.2.6	Aspeto – Práticas de Segurança	69
6.3.2.7	Aspeto – Direitos dos Povos Indígenas.....	69
6.3.3	Indicadores de Desempenho Social referente à Sociedade	70
6.3.3.1	Aspeto – Comunidade	70
6.3.3.2	Aspeto – Corrupção.....	70
6.3.3.3	Aspeto – Políticas Públicas	72
6.3.3.4	Aspeto – Concorrência Desleal	72
6.3.3.5	Aspeto – Conformidade	74
6.3.4	Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade do Produto	74
6.3.4.1	Aspeto – Saúde e Segurança do Cliente	74
6.3.4.2	Aspeto – Rotulagem de Produtos e Serviços	78
6.3.4.3	Aspeto – Comunicações de Marketing.....	80
6.3.4.4	Aspeto – Privacidade do Cliente	82
6.3.4.5	Aspeto – Conformidade	82
6.3.5	Súmula das alterações propostas	83
7	Proposta Final dos Indicadores de Desempenho Sustentável no Setor da Construção Civil	89
8	Conclusões e Perspetivas futuras.....	99
9	Bibliografia	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triple Bottom Line	6
Figura 2 – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.....	10
Figura 3 – Ciclo do processo de relatório GRI.....	11
Figura 4 – Critérios para os níveis de aplicação.....	13
Figura 5 – Auto-declaração do Grupo Mota-Engil	18
Figura 6 – Auto-declaração do Grupo Somague	19
Figura 7 – Auto-declaração do Grupo Soares da Costa	20
Figura 8 – Indicadores de Desempenho Económico	21
Figura 9 – Categorias dos Indicadores de Desempenho Ambiental.....	28
Figura 10 - Possível grafismo a adotar para o reporte de EN1	30
Figura 11 – Categorias dos Indicadores de Desempenho Social.....	53
Figura 12 - Reformulação do indicador LA7	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho económico .	27
Tabela 2 - Quantidade de indicadores por aspeto	29
Tabela 3 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambiental (Aspetos: materiais, energia e água).....	49
Tabela 4 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambiental (Aspeto: biodiversidade).....	50
Tabela 5 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambientais (Aspeto: Emissões, efluentes e resíduos)	51
Tabela 6 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambientais (Aspetos: Produtos e serviços, conformidade, transporte e geral)	52
Tabela 7 - Aspetos relacionados com as categorias dos indicadores de desempenho sociais	53
Tabela 8 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social - Práticas Laborais.....	84
Tabela 9 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social – Direitos Humanos	86
Tabela 10 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social – Sociedade.....	87
Tabela 11 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social – Responsabilidade pelo Produto	88

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Cálculos de verificação EN3	106
Anexo 2 – Cálculos de verificação EN16	108

ABREVIATURAS

CERES – *Coalition for Environmrntally Responsible Economics*

GEE – Gases com Efeito de Estufa

GRI – *Global Reporting Iniciative*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONGAs – Organizações Não Governamentais de Ambiente

UNEP – *United Nations Environmental Programme*

3BL – *Triple Bottom Line / People Planet Profit*

1 OBJETIVO DA TESE

No contexto organizacional contemporâneo, a busca de competitividade tem exigido das organizações preocupações permanentes com sistemas de avaliação do seu próprio desempenho, o chamado *Relatório de Sustentabilidade*. Este segue as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) e é uma ferramenta que permite às empresas comunicar o seu desempenho atinente aos aspetos económico, ambiental e social. Neste cenário, e pelo facto dos indicadores serem transversais a todos os Setores Empresariais, independentemente da atividade que exercem, pretende-se com este estudo, analisar e desenvolver uma bateria de indicadores de desempenho específicos para o setor da construção civil.

O presente trabalho tem como principais objetivos:

- ✓ Analisar e criticar, os relatórios de sustentabilidade das empresas de construção em estudo (Mota-Engil SGPS, S.A., Somague SGPS, S.A. e Soares da Costa SGPS, S.A.), no que se refere ao âmbito, número, tipo e qualidade dos indicadores reportados;
- ✓ Chegar a uma proposta de indicadores de sustentabilidade para a indústria da construção, que poderão ser iguais ou adicionais aos da GRI, que reflitam os assuntos materiais deste setor, a melhor forma de os reportar para permitir acompanhar a evolução da empresa e a sua comparação com outros grupos do setor em estudo.

Importa referir que o presente trabalho se foca no ano de 2008, como ano de referência, pois prende-se com o início da realização da presente dissertação.

2 INTRODUÇÃO

A revolução industrial, que se iniciou no séc. XVIII na Inglaterra, proporcionou desenvolvimentos tecnológicos e interferências ao nível do crescimento populacional e económico, e melhoria da qualidade de vida do Homem. Se por um lado, as mutações resultantes deste novo ciclo exigiam uma extração cada vez maior dos recursos naturais – meio ambiente, para a produção de alimentos e bens de consumo, o processo produtivo daí resultante devolvia resíduos sólidos, efluentes líquidos e emitia gases nocivos e poluentes em grandes quantidades, provocando uma gradual degradação do meio ambiente. A dúvida que emergia era até que ponto os recursos naturais, antes vistos como inesgotáveis, suportariam o ritmo acelerado do crescimento económico ditado pelo industrialismo e até mesmo se a humanidade como um todo estaria apta a resistir às sequelas do desenvolvimento. Somente nos finais da década de 60 princípios da 70, houve uma consciência de que esses recursos não eram ilimitados. Percebeu-se que as bases ambientais de qualquer progresso futuro poderiam estar a ser comprometidas pelo crescimento económico predatório de recursos naturais e altamente poluidores (GOMES, 2004).

As empresas procuravam resultados financeiros e a globalização da economia elevava a escala de produção com a consequente busca da redução dos custos e modernização, impulsionadas pelas pessoas. Por outras palavras, nunca houve tanto crescimento, riqueza e fartura ao lado de tanta miséria, degradação ambiental e poluição, e é neste cenário que se encaixa o desenvolvimento sustentável, como uma maneira de equilibrar e dar continuidade a atividades essenciais à qualidade de vida. É desta premissa que surgem os ideais sobre o desenvolvimento sustentável.

A definição mais citada de desenvolvimento sustentável, é a do *Relatório de Brundtland 1987 - Our Common Future*: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização

humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.

Uma empresa para ser sustentável deve procurar em todas as suas ações e decisões a eco-eficiência, procurando produzir mais e com melhor qualidade, de forma a gerar menos poluição e a utilizar menos recursos naturais. Por outras palavras, a empresa continuaria assim a garantir o lucro, que é o seu objetivo primordial, mas passando a considerar o impacto da sua atividade no meio ambiente procurando amenizá-la de maneira eficiente, desempenhando ao mesmo tempo ações de cunho social, seja em benefício dos seus funcionários ou da comunidade (ALMEIDA, 2002).

A empresa que é partidária dos princípios da sustentabilidade, é aquela que procura considerar nas suas ações as dimensões económica, social e ambiental, assumindo que está imersa num ambiente social em que influi, ao mesmo tempo que sofre influência. A motivação dos líderes empresariais deve assentar numa visão de longo prazo, em que se tenha em consideração os custos futuros e não somente os custos presentes. Um número cada vez maior de empresas passou a perceber que o custo financeiro da redução do passivo ambiental¹, como também a administração dos conflitos sociais, pode acabar por ter um custo mais alto do que a decisão de respeitar os direitos humanos e o meio ambiente. A opção da empresa de ignorar a dimensão ambiental e social prejudica a imagem que a opinião pública tem sobre a mesma, dificultando inclusive a implementação de novos projetos e a renovação de contratos. Da mesma forma, a atuação de uma empresa afeta os seus acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores e também a comunidade das regiões onde se localiza, constituindo toda uma rede de *stakeholders* (grupos de interesse) (VINHA, 2003).

Seja por um processo de consciencialização em assumir uma postura pró-ativa, seja pela pressão do próprio mercado e das leis vigentes, já existe em Portugal um segmento de empresas que considera importante assumir nas suas diretrizes a preocupação com a temática do desenvolvimento sustentável. Estas empresas passam a adotar estratégias que consideram a preservação ambiental, a transparência das ações empresariais, a

¹ Passivo ambiental é o valor monetário, composto basicamente de três conjuntos de itens: o primeiro, composto das multas, dívidas, ações jurídicas (existentes ou possíveis), taxas e impostos pagos devido à inobservância de requisitos legais; o segundo, composto dos custos de implantação de procedimentos e tecnologias que possibilitem o atendimento às não-conformidades; o terceiro, dos dispêndios necessários à recuperação de área degradada e indemnização à população afetada. (Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais, 1999)

responsabilidade com o crescimento económico do país e o compromisso com o bem-estar social. Desta maneira, a dimensão ambiental passa a ser vista, por estas empresas, sob o prisma do desenvolvimento sustentável, incorporando no seu reporte a dimensão económica e social, aliando a ideia de crescimento económico com preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, são publicados anualmente relatórios com a informação das ações destas empresas que consideram a questão da sustentabilidade. Esta publicação é um ato voluntário, realidade que tende a alterar-se com a introdução da obrigatoriedade de comunicação de elementos associados a aspetos do desenvolvimento sustentável, como já acontece em França, Alemanha e países nórdicos.

O relatório de sustentabilidade, principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e económico das empresas, é a prática de medir e divulgar as suas atividades. Como já referido anteriormente, o processo de relato é voluntário, e as empresas podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por modelos nacionais² existentes em alguns países, ou adotar o modelo com maior credibilidade no cenário internacional, vulgarmente conhecido por – Relatório de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative* © 2000-2006 GRI - versão 3.0). Reconhecido e adotado em todo o mundo, o *GRI* apresenta 53 indicadores e encontra-se na sua terceira edição - G3, a sua última revisão data de 2006, e vive em constante processo de aperfeiçoamento contribuindo para a padronização da estrutura dos relatórios.

Pretende-se neste trabalho defender a ideia de que se por um lado é importante a disposição padronizada de informação nos relatórios de sustentabilidade, permitindo aos *stakeholders* uma legítima comparabilidade, por outro, as especificidades dos diferentes setores de atividade, exigem preceitos diferentes das dimensões económica, social e ambiental e consequentemente inferem na premissa de padronização pretendida pelo relatório GRI. Importa ainda referir que não obstante da proposição anteriormente referida, os indicadores usados devem ser apropriados, para que se possa avaliar da melhor forma possível, as práticas empresariais entre grupos do mesmo setor, segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável.

² Ex: Brasil - os elaborados pelo IBASE e pelo Instituto Ethos

3 GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)

A GRI é uma ampla rede independente composta por milhares de indivíduos e organizações distribuídos em mais de 30 países e com sede em Amesterdão – Holanda, que foi criada nos EUA, em 1997, pela iniciativa conjunta da organização não governamental norte-americana *Coalition for Environmrntally Responsible Economics (CERES)* e do Programa Ambiental das Nações Unidas, *United Nations Environmental Programme (UNEP)*. A ideia de elaborar uma estrutura para divulgar informações sobre sustentabilidade, de acordo com o já referido anteriormente, foi concebida em 1997 e foram lançadas em 2000, as primeiras Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade GRI.

A GRI consiste numa organização independente desde 2002, que conta com a participação ativa de representantes de diversas áreas de conhecimento, com o propósito de desenvolver e disseminar diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade globalmente aplicáveis e voluntariamente utilizados por empresas em todo o mundo³. Essas diretrizes, que são revistas e atualizadas a cada dois anos, tornaram-se um dos mais respeitados guias para a abordagem da *Triple Bottom Line* e parte do princípio que os *stakeholders* atualmente exigem informações sociais e ambientais que acrescentem credibilidade em relação à interação entre uma empresa e o meio ambiente.

3.1 TRIPLE BOTTOM LINE

O conceito *Triple Bottom Line*, que deve interagir de forma holística, também conhecido por Tripé da Sustentabilidade, *3BL* ou *People Planet Profit*, corresponde aos resultados de uma empresa medidos em termos económicos, ambientais e sociais. Embora a origem deste termo pertença ao académico *John Elkington*⁴, fundador da *SustainAbility*⁵, consultor

³ “ (...) Para apoiar esta expectativa, é necessária uma estrutura de conceitos partilhada globalmente, uma linguagem consistente e uma métrica largamente compreendida, a fim de comunicar de forma clara e transparente, questões relativas à sustentabilidade. A missão da Global Reporting Initiative (GRI) é satisfazer esta necessidade, oferecendo uma estrutura credível para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, que possa ser utilizada pelas várias organizações independentemente da sua dimensão, Setor ou localização.” (GRI - versão 3.0, pág. 3)

⁴ *Elkington* defende a tese de que os objetivos empresariais estão intimamente ligados às comunidades e ambientes onde a empresa opera e que as atuais práticas utilizadas para a obtenção da mais-valia/ganhos de curto prazo não levam em linha de conta os impactos sociais e ambientais (externalidades) que causam, sendo, portanto, insustentáveis.

⁵ Empresa de consultoria focada e comprometida com a melhoria económica, social e de sustentabilidade ambiental, através da melhoria das práticas comerciais e de mercados.

que trabalha no aconselhamento a empresas nas áreas económica, social e ambiental, daí a expressão *People, Planet, Profit* - Pessoas, Planeta e Lucro, importa referir, que na Conferência Mundial do Desenvolvimento Sustentável - Rio+10⁶, o conceito foi igualmente reiterado ao ser proferido que o desenvolvimento sustentável tem uma base formada por três pilares: o económico, o social e o ambiental - *Triple Bottom Line* (Figura 1). Estes conceitos podem ser aplicados tanto de maneira macro, para um país ou o próprio planeta, como micro, nas nossas casas ou aldeias.



Figura 1 – Triple Bottom Line
(Fonte: <http://sustainability.maricopa.edu/>)

People – Refere-se ao tratamento do capital humano de uma empresa ou sociedade: ordenados justos, adequação à legislação laboral e ambiente de trabalho agradável. Também é imprescindível considerar os efeitos da atividade económica nas comunidades vizinhas ao empreendimento.

Planet – Refere-se ao capital natural de uma empresa ou sociedade. É a perna ambiental do tripé. Aqui é importante pensar em pequeno, médio e longo prazo. No início, praticamente toda a atividade económica tem impacto ambiental negativo, em resultado deste cenário a empresa ou a sociedade devem pensar nas formas de amenizar e compensar, devem considerar a adequação à legislação ambiental e a vários princípios discutidos atualmente, como o Protocolo de Quioto.

⁶ Rio+10 – A maior conferência mundial, sobre o tema Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, que decorreu no ano de 2002 em Joanesburgo, na África do Sul. Nesse encontro foi elaborado um documento chamado de - Protocolo de Quioto, onde se firmou um compromisso em que países com o maior nível de industrialização, consequentemente maiores utilizadores e causadores respectivamente de, recursos naturais e resíduos poluentes, devem ser tributados e responsabilizados de forma mais significativa no que diz respeito às responsabilidades da não preservação do planeta para gerações futuras.

Profit – É o resultado económico positivo de uma empresa. Esta perna do tripé deve ter em conta os outros dois aspetos.

Para assegurar o tripé, o desenvolvimento sustentável deve ainda considerar as questões políticas e culturais, pois onde tudo está interligado estas são importantes, para qualquer tipo de análise ao tripé.

Os aspetos políticos ocupam-se das premissas do desenvolvimento de maneira sustentável e das políticas adotadas, por uma empresa ou por uma determinada sociedade.

Os aspetos culturais são essenciais no relacionamento empresa/comunidade/trabalhadores, onde é necessário conhecer as limitações e vantagens culturais da sociedade que participam no empreendimento. A cultura de determinada localidade pode ser útil para entender melhor a dinâmica da biodiversidade local, por exemplo.

4 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE – MODELO DA GRI

4.1 OBJETIVO

Elaborar relatórios de sustentabilidade consiste no objetivo de tornar público o esforço de uma organização em medir, divulgar e prestar contas à sociedade acerca do seu desempenho organizacional durante o ano, com prioridade para a análise dos impactos económicos, ambientais e sociais (*tripple bottom line*) da mesma.

Os relatórios de sustentabilidade baseados na estrutura definida pela GRI divulgam resultados e também consequências, que ocorreram durante o período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da abordagem de gestão adotados pela organização. Os relatórios podem ser utilizados para outros objetivos, além dos seguintes:

- Padrão de referência (*Benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade relativamente a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- Demonstração da forma como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável;
- Comparação do desempenho no âmbito de uma organização e entre diferentes organizações, ao longo do tempo.

4.2 VANTAGENS EM PRODUZIR UM RELATÓRIO

Existem diversas razões em elaborar um relatório de sustentabilidade, nomeadamente proporcionar vantagens diretas para a empresa e garantir a competitividade a longo prazo. Estas vantagens passam pela criação de uma boa reputação e relação de confiança, fidelização e expansão da carteira de clientes, confiança da comunidade, proteção do ambiente e satisfação dos trabalhadores. Esta forma de atuação aumenta o valor percebido da empresa trazendo maior notoriedade, visibilidade, fomentando a empatia e, logo promovendo a rentabilidade da mesma (MELÍCIAS, 2003).

Seguidamente são apresentadas algumas das vantagens na adoção do relatório:

- **Transparência com todos os stakeholders:** o relatório de sustentabilidade canaliza informações pertinentes aos públicos-alvo (funcionários, fornecedores, acionistas, investidores, representantes do governo, ONGs etc.) e ainda fortalece a visibilidade corporativa e ajuda a demonstrar transparência.
- **Manutenção da licença para operar:** o relatório pode trazer uma sólida base para o diálogo e discussão com *stakeholders* e, portanto, ajudar a empresa a manter ou a fortalecer a sua licença para laborar.
- **Atração de capital favorável:** o relatório ajuda a atrair acionistas “pacientes”, com horizontes de longo prazo, e pode ajudar a justificar menores prémios sobre o risco da atividade, perante seguradoras e bancos (financeiras).
- **Motivação da equipa, atração de talentos:** o relatório pode auxiliar a empresa a demonstrar o modo como pratica os seus valores e princípios, relacionados com questões ambientais e sociais, tanto internamente como externamente.
- **Melhoria de sistemas de gestão:** o relatório pode encorajar e facilitar a implementação de sistemas de gestão mais rigorosos e robustos, que permitem lidar melhor com impactos ambientais, económicos e sociais. A curto prazo, pode levar a uma colheita de informações mais apurada.
- **Orientação para a gestão:** o relatório apresenta-se como um instrumento de orientação para a condução dos negócios de acordo com os princípios da sustentabilidade.
- **Consciência de riscos:** o relatório pode refletir a maneira como uma empresa gere os riscos.
- **Incentivo à inovação:** o relatório pode estimular ideias e desempenho de ponta, tornando-a mais competitiva.
- **Melhoria contínua:** o relatório apoia a melhoria e a aprendizagem contínuas e induz os executivos a procurar melhorias que serão relatadas no próximo ano.
- **Fortalecimento da reputação:** o relatório pode ajudar a construir a reputação, a qual a longo prazo contribuirá para o aumento do valor da marca e da lealdade do consumidor.

4.3 ESTRUTURA

A GRI desenvolveu bibliografia específica - “Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade”, que forma a base para a elaboração do relatório de sustentabilidade de qualquer organização, nesse documento encontram-se disponíveis todas as informações que orientam a estrutura de relatórios da GRI.

Seguidamente expõe-se, se bem que uma forma genérica, as diretrizes aí estruturadas:

- **Parte 1: Princípios e Orientações** – definem o “como relatar”, trazendo orientações para a definição do conteúdo do relatório, assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite ou o propósito do relatório;
- **Parte 2: Conteúdo do Relatório**, ou “o que relatar”, que estabelece referências para relatar o perfil da organização, a sua forma de gestão (governança, compromisso e envolvimento) e os indicadores de desempenho, que atualmente são um total de 53, que mais adiante, no capítulo 6, melhor se explanam, desenvolvem e comparam.

Apresenta-se seguidamente uma figura que resume as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade (Figura 2).

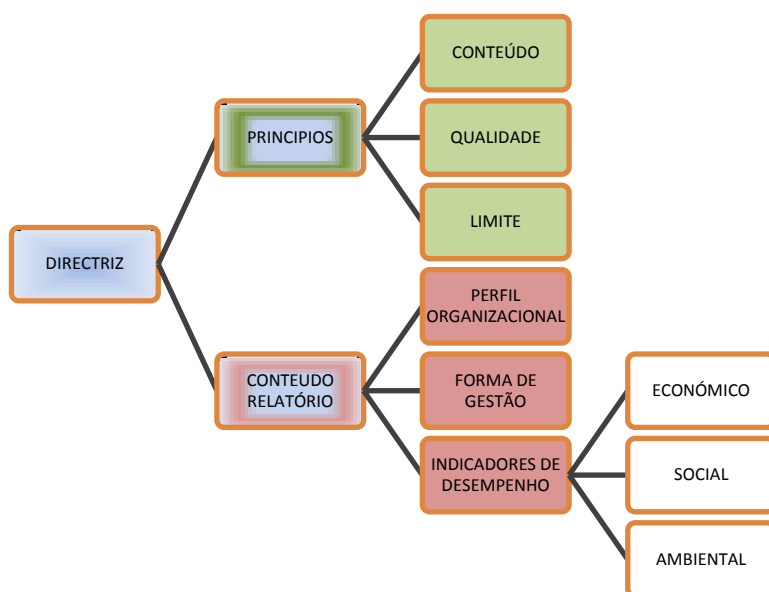


Figura 2 – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

De acordo com os princípios da GRI, o relatório deve assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite ou o propósito do relatório, pois só assim é possível que esteja assegurada a comparabilidade, fiabilidade, materialidade e equilíbrio entre os relatórios de sustentabilidade das empresas. Se esses princípios não forem cumpridos pelas empresas, então poder-se-á aferir que os relatórios seriam apenas uma ferramenta de *marketing*.

O processo de elaboração do relatório de sustentabilidade é um ciclo permanente de envolvimento tanto de funcionários como de *stakeholders*, para entender, debater, mensurar e melhorar os processos internos e também monitorar e comunicar o desempenho da empresa em relação à sustentabilidade.

O processo de relatório GRI é uma jornada, que pode ser descrita num ciclo de 5 passos, como mostra a figura seguinte (Figura 3).

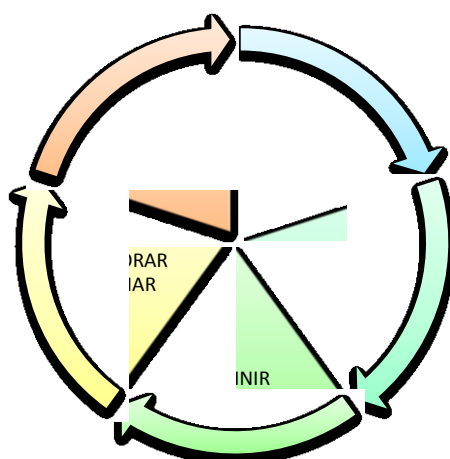


Figura 3 – Ciclo do processo de relatório GRI

De forma resumida, e ordenadamente, cada passo do ciclo GRI, significa:

- **Preparar:** criar um plano de ação para a elaboração do relatório, que envolva a construção de um cronograma, a definição de uma equipa e a organização das principais fases da elaboração do relatório.
- **Envolver:** identificar todos os *stakeholders* envolvidos com a organização, e posteriormente priorizá-los, estabelecendo-se um método de comunicação e diálogo que irá contribuir de forma crucial para a elaboração do relatório.

- **Definir:** concentrar esforços, selecionando os temas que estarão no relatório, decidindo o seu conteúdo, discutindo metas e eventualmente estabelecendo mudanças.
- **Monitorar/Avaliar:** desenvolver o relatório e verificar os processos e o desempenho da empresa através dos indicadores. Nesta etapa deve-se atentar para a garantia da qualidade das informações, por isso é fundamental que a colheita e o registo de informações sejam precisos.
- **Comunicar.** definir como será redigido o relatório, se será apresentado um resumo ou não, e quais os mecanismos de comunicação da divulgação.

4.3.1 Nível de Aplicação da Estrutura

Aquando da finalização de um relatório, os responsáveis pela sua execução deverão declarar qual o nível de aplicação da estrutura da GRI, através do sistema de “Níveis de Aplicação GRI”. Este sistema visa facultar aos:

- **Leitores dos relatórios,** de uma forma clara, qual o nível de aplicação das Diretrizes e de outros elementos da estrutura da GRI na preparação do mesmo.
- **Responsáveis pela elaboração dos relatórios,** uma perspectiva ou caminho a seguir para expandir gradualmente a aplicação da estrutura da GRI, na elaboração dos mesmos.

A declaração do nível de aplicação resulta numa comunicação clara dos elementos da estrutura da GRI que foram utilizados na elaboração do relatório. O sistema tem três níveis, para fazer face aos diferentes graus de experiência dos responsáveis pela elaboração dos relatórios – principiante, intermédio ou experiente. Esses três níveis são representados por letras – C, B e A. Os critérios de comunicação definidos em cada nível reflectem uma crescente aplicação ou grau de abrangência da estrutura de elaboração de relatórios da GRI. Uma organização pode auto-declarar um “sinal mais” (+) em cada nível (ex., C+, B+, A+) se tiver recorrido a processos externos de garantia de fidelidade – verificação externa.

Uma organização auto-declara um determinado nível, com base na sua própria avaliação do conteúdo do relatório, quando comparado com os critérios dos Níveis de Aplicação da

GRI. Cada nível estabelece um número de indicadores de desempenho e a quantidade de informações que este deve conter. O nível C, por exemplo, estabelece um mínimo de 10 indicadores a responder, enquanto o nível B exige um mínimo de 20 indicadores.

Além do nível de aplicação existem também 3 formas de comunicar o relatório:

- Auto declaração simplesmente (a empresa divulga o relatório sem revisão do GRI ou auditoria externa).
- Revisão do relatório pela GRI (a GRI faz uma análise da coerência e consistência do relatório, se aprovado o relatório pode ser publicado com o logotipo da GRI).
- Verificação da terceira parte (empresa contrata um organismo de verificação e realiza uma auditoria não só do relatório mas também das suas operações, para comprovar a autenticidade do mesmo. Realizada a auditoria, o relatório é classificado com o símbolo +, juntamente com a letra de nível de aplicação (C, B ou A).

A figura 4 mostra mais detalhes sobre esta questão.

Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, económico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: económico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

Figura 4 – Critérios para os níveis de aplicação

4.4 INDICADORES DE DESEMPENHO SUSTENTÁVEL

4.4.1 Definição

Os indicadores de desempenho sustentável, que são a principal matéria em estudo do presente trabalho, constituem o último estágio do relatório GRI, e como o próprio nome indica servem para comunicar os resultados de desempenho. São portanto, instrumentos de medição capazes de dispor de informações que facilitem a avaliação do grau de sustentabilidade das sociedades, monitorizam as tendências do desenvolvimento e auxiliem na definição de metas de melhoria. Os indicadores de sustentabilidade, que podem reportar fenómenos de curto, médio e longo prazo, têm sido utilizados, também, como forma de melhorar a base de informações sobre o meio ambiente, auxiliar na elaboração de políticas públicas, simplificar estudos e relatórios e assegurar a comparabilidade entre diferentes regiões (OECD, 2006; IBGE, 2004; MILANEZ & TEIXEIRA, 2003).

4.4.2 Indicadores Essenciais e Complementares

Os indicadores essenciais são pertinentes à maioria das organizações reladoras e de interesse para a maioria dos *stakeholders*.

Os indicadores complementares representam uma prática emergente ou fornecem informação de interesse a *stakeholders* que são especificamente importantes para algumas entidades reladoras. Estes indicadores poderão ser submetidos a mais testes para possível classificação como indicadores essenciais no futuro.

Os indicadores essenciais devem ser incluídos no relatório, a menos que sejam considerados não relevantes ou não aplicáveis, desde que devidamente justificados, quando da aplicação dos Princípios de Relatório, enquanto que os indicadores complementares podem ser considerados opcionais.

4.4.3 Protocolos de Indicadores

Os protocolos de indicadores, que são frequentemente utilizados ao longo do presente trabalho nomeadamente no capítulo 6, definem-se como sendo a “receita” por trás de cada

indicador de desempenho e fornece definições para termos-chave do indicador, orientação para compilações e outras informações para auxiliar os responsáveis pela elaboração dos relatórios e para assegurar a coerência na interpretação e divulgação dos indicadores de desempenho e outras referências técnicas.

4.4.4 Protocolos Setoriais

Os protocolos setoriais são documentos que são desenvolvidos como forma de superar as limitações de uma abordagem padronizada, fixando apenas um conjunto específico de questões ligadas obviamente à sustentabilidade, mas por setores diferentes da indústria. Estes documentos não substituem as Diretrizes, apenas as complementam. De todo o modo, os indicadores que se apresentem em versões finais de protocolos setoriais são considerados “essenciais”.

Sempre que existirem protocolos setoriais, estes devem ser utilizados, pois referem necessidades específicas de um determinado setor e a sua realidade.

O protocolo setorial para a “*Construction and Real Estate*” tem vindo a ser debatido nos últimos anos e a GRI já disponibilizou uma versão pública “piloto”.

4.4.5 Seleção/Construção de Indicadores

Sendo este capítulo um dos objetivos fundamentais do presente trabalho (“*Chegar a uma proposta de indicadores de sustentabilidade para a indústria da construção, que poderão ser iguais ou adicionais aos da GRI, (...)*”) interessa, antes de mais, explanar as regras e pressupostos a considerar, na formação de indicadores de desempenho, para que as sugestões dispostas se afigurem pertinentes.

Desta forma, ressalta-se que os indicadores necessitam de refletir as realidades do “negócio”, os valores e a cultura da organização, ser compreensíveis pelas partes interessadas e úteis para ambos, ser exequíveis e verificáveis, só assim se justifica a escolha efetuada (BROWN, 2000).

O processo de seleção de indicadores deve seguir um conjunto de critérios objetivos, considerados fundamentais para uma eficiente gestão da empresa. De seguida apresentam-se alguns dos critérios que podem presidir a tal processo (*GOMES, M.L. et al, 2000*):

- existência de dados base;
- possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metastas existentes;
- facilidade e rapidez de determinação e interpretação;
- grau de importância e validação científica;
- sensibilidade e grau de utilidade para o público alvo - *stakeholders*;
- custo de implementação;
- possibilidade de actualização anual.

O conjunto final de indicadores deve resultar num equilíbrio que reflecta os interesses das diferentes partes interessadas (*KEEBLE, 2002*).

Para os indicadores que não preencham todos os critérios desejáveis, deverá existir um compromisso de optimização entre os critérios possíveis de garantir, e aqueles que são tidos como mais relevantes para cada caso, deste pressuposto deriva-se para uma definição de indicadores essenciais ou complementares.

Por fim, com os indicadores seleccionados e definidos, começa a fase de implementação, que dependendo do porte e complexidade da empresa, pode ser dividida em etapas ou através da aplicação de um projeto-piloto, cujo espaço temporal deverá ser anual, para respeitar a premissa de reporte da GRI.

5 SINOPSES DOS GRUPOS EM ESTUDO – HISTÓRIA, ÁREAS DE NEGÓCIO E AUTO-DECLARAÇÃO GRI

Atendendo a que o desenvolvimento sustentável emerge hoje como o mais importante desafio global, o sucesso das empresas depende de uma nova forma de pensar e de um novo modo de gerir, uma vez que os resultados económicos estão cada vez mais ligados aos impactos ambientais e sociais causados pelas decisões e ações das mesmas.

De seguida será feita uma breve apresentação dos grupos em estudo, empresas de renome do setor da construção civil, Mota-Engil SGPS, S.A., Somague SGPS, S.A. e Soares da Costa SGPS, S.A, tendo em consideração que o ano de reporte é 2008, conforme já mencionado.

5.1 MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

O grupo Mota-Engil, tal como se conhece hoje, teve a sua fase embrionária nas empresas Mota & Companhia e a Engil, que foram fundadas, respectivamente, nos anos de 1946 e 1952. Ao longo de várias décadas, as duas empresas consolidaram progressivamente a sua posição no mercado da construção civil e obras públicas. Desde então, passou por diversas mutações, salientando-se contudo a sua aposta no setor das concessões de transportes, momento marcante em 1994, com a criação da Lusoponte, que veio a tornar-se a sociedade concessionária das travessias rodoviárias do Tejo a jusante de Vila Franca de Xira e que compreendem a Ponte 25 de Abril e a Ponte Vasco da Gama.

A constituição da Serurb, em 1992, pela Engil e da SUMA, em 1994, por parte da Mota & Companhia, traduzem a entrada das duas empresas nos negócios ambientais, num contexto de progressiva diversificação que viria a conhecer novos desenvolvimentos até ao presente.

As áreas de negócio do grupo português – Mota-Engil, são: Engenharia e Construção, Ambiente e Serviços e Concessões de Transportes, marcando presença em 19 países através das suas sucursais e empresas participadas espalhadas pelo mundo, entre elas a Martifer, a Ascendi e a Suma.

O Grupo Mota-Engil auto-declara o nível C de adoção das Diretrizes GRI 3.0 no ano de referência (Figura 5). A verificação externa por entidade independente do Relatório de

Sustentabilidade constitui um objetivo a ser concretizado logo que se mostre oportuno e se encontrem reunidas as indispensáveis condições.


	RELATÓRIO NÍVEIS DE APLICAÇÃO C CONSOLIDADO DO RELATÓRIO	
Perfil da G3	>	Responder aos itens: 1.1;2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15
Informações sobre a forma de Gestão da G3	>	Não exigido
Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Suplemento Sectorial	>	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, económico e ambiental

Figura 5 – Auto-declaração do Grupo Mota-Engil
(Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2008, Mota-Engil SGPS, S.A.)

5.2 GRUPO SOMAGUE SGPS, S.A.

A Somague tal como se conhece hoje, nasce do legado deixado desde 1947 pela Sociedade de Empreitadas Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, posteriormente pela Somague, Soc. de Empreitadas, SARL ,e pelo resultado de um processo de reestruturação, iniciado em 1993, terminando a atividade desenvolvida com a denominação de Sociedade de Empreitadas Somague, S.A. e transformando-se na holding Somague SGPS, cedendo o seu estabelecimento industrial à nova Somague - Sociedade de Construções, S.A..

Em 1998, a fusão entre a Somague - Soc. de Construções, S.A. e a Soconstroi, deu origem a uma das maiores empresas portuguesas de construção civil e obras públicas, conhecida atualmente por - Somague Engenharia S.A..

Em 2000 inicia-se a parceria com o Grupo Sacyr Vallehermoso⁷, e no ano 2004, faz-se a integração da Somague no grupo acima referido dando origem a um grupo empresarial maior, mais forte e com um excelente potencial de negócio, apto a competir noutra escala: o mercado ibérico.

As áreas de negócio do grupo Somague estendem-se à construção (obras portuárias e ferroviárias), ambiente/energia (concessão de águas e energia) e à presença em diversas concessões.

⁷ O Grupo Sacyr Vallehermoso tem uma longa história que se iniciou em 1921. Ao longo do tempo foi congregando diversas empresas, líderes nos seus segmentos, tornando-se um dos mais reconhecidos grupos empresariais em Espanha, com créditos firmados nos mercados da construção, concessões rodoviárias, gestão de património, imobiliário e de serviços.

O Grupo Somague auto-declara o nível A de adoção das Diretrizes GRI 3.0 no ano referência (Figura 6). A verificação GRI do ano transato relativamente ao do presente relatório passa do nível B para A.


		2002 In Accordance					
		C	C+	B	B+	A	A+
<div> <div>Obrigatório</div> <div>Opcional</div> </div>	Auto-Declarado			Com Verificação Externa		✓	Com Verificação Externa
	Examinado por Terceiros						
	Examinado pela GRI				Com Verificação Externa		

Figura 6 – Auto-declaração do Grupo Somague
(Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2008, Somague SGPS, S.A.)

5.3 SOARES DA COSTA, SGPS, SA

O Grupo Soares da Costa, que começou a sua laboração em 1918 com uma gestão de carácter familiar, transformou-se numa sociedade anónima, Soares da Costa, S.A. devido aos novos desafios em 1968. No ano de elaboração do presente estudo, que reporta a 2008, a sua estrutura empresarial encontrava-se alicerçada em quatro sub-holdings, correspondentes a quatro áreas de negócio: Construção, Concessões, Indústria e Imobiliária. A Soares da Costa tem uma forte componente internacional (cerca de 53% do seu volume de negócios teve origem externa), mantendo presença permanente na Florida (EUA), Angola, Moçambique e Roménia e atividade pontual em vários outros países.

As principais áreas de negócio do grupo Soares da Costa são a Construção e as Concessões. No entanto, existem ainda outras duas unidades que trazem valor acrescentado à empresa: a Imobiliária e a Indústria.

No ano de referência, o Grupo Soares da Costa, declara nível B de adoção das Diretrizes GRI 3.0 (Figura 7). Durante a elaboração do seu relatório foram realizadas várias reuniões com membros de diferentes áreas da Empresa para definir, com base nos testes de materialidade efetuados, as questões materiais para as partes interessadas identificadas como público-alvo prioritário deste relatório: clientes, colaboradores, parceiros e

concorrentes, fornecedores gerais, subempreiteiros, ONG's e ONGA's, associações do setor, entidades reguladoras, meio académico, meios de comunicação, acionistas e comunidade financeira.

Declaração de Nível

	NÍVEIS DE APLICAÇÃO	C	C+	B	B+	A	A+
CONTEÚDO DO RELATÓRIO	Perfil da GRI	Resposta aos indicadores: 1.1, 2.1 a 2.10, 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12, 4.1 a 4.4, 4.14, 4.15	VERIFICAÇÃO EXTERNA NÍVEL C	Resposta aos indicadores do nível C, mais: 1.2, 3.0, 3.13, 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17	VERIFICAÇÃO EXTERNA NÍVEL B	O mesmo exigido para o nível B	VERIFICAÇÃO EXTERNA NÍVEL A
	Forma de Gestão GRI	Não Exigido		Informação sobre a forma de Gestão de cada categoria de indicadores		Forma de Gestão de cada categoria de indicadores	
	Indicadores de Desempenho	Resposta, no mínimo, a 10 indicadores de desempenho incluindo pelo menos um de cada categoria: económico, ambiental e social		Resposta, no mínimo, a 20 indicadores de desempenho incluindo pelo menos um de cada categoria: económico, ambiental, práticas laborais, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto		Resposta a todos os indicadores GRI-G3 e Suplemento Sectorial (quando aplicável), de duas formas: respondendo ao indicador ou explicando o motivo da sua omissão	

Figura 7 – Auto-declaração do Grupo Soares da Costa
(Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2008, Soares da Costa SGPS, S.A.)

6 ANÁLISE COMPARATIVA AOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS EM ESTUDO

Os indicadores de desempenho são atualmente 53, distribuídos pelas três categorias:

- económica (7 essenciais+2complementares);
- ambiental (17 essenciais+13complementares);
- social (9 essenciais+5complementares).

6.1 INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

Os indicadores de desempenho económico têm como objetivo avaliar os resultados económicos relativos às atividades de uma determinada empresa, assim como medir o possível impacto desses resultados nos *stakeholders*.

O desempenho financeiro é fundamental tanto para compreender o estatuto da empresa como a sua própria sustentabilidade. A informação recolhida para a análise deste tipo de indicadores, permitem ilustrar o fluxo de capital entre as diferentes parte interessadas e os principais impactes económicos da organização sobre toda a sociedade, a nível local, nacional e global. Raramente surge nos relatórios, apesar de ser frequentemente desejada pelos seus utilizadores, a contribuição da organização para a sustentabilidade de um sistema económico alargado.

Relativamente aos indicadores de desempenho económico, estes encontram-se divididos em três aspetos, como ilustra a figura seguinte (Figura 8).



Figura 8 – Indicadores de Desempenho Económico

No que diz respeito ao desempenho económico, este aspeto apresenta quatro indicadores (EC1, EC2, EC3 e EC4) que abordam os impactos económicos diretos das atividades de uma empresa e o valor económico gerado por essas atividades. A presença no mercado está dividida em três indicadores (EC5, EC6 e EC7) que fornecem informações acerca das interações entre empresas específicas. Por último, temos os indicadores que medem os impactos económicos indiretos resultantes das atividades financeiras das empresas, e que apresentam dois indicadores (EC8 e EC9).

Seguidamente dispõe-se a análise comparativa da informação reportada nos relatórios de sustentabilidade das três empresas do setor da construção civil em estudo, para cada indicador de desempenho económico. Importa ainda referir, de modo a nortear o leitor do presente estudo, que primeiramente se descreve o teor abordado pelo grupo Mota-Engil, seguindo-se o grupo Somague e por último o grupo Soares da Costa, posteriormente faz-se a correlação e a interpretação entre os reportes das três empresas e conclui-se acerca da pertinência do indicador, recorrendo por vezes a diplomas legais, ao cunho pessoal, aos documentos protocolares atinentes, entre outros.

6.1.1 Aspeto – Desempenho Económico

EC1	<i>Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.</i>
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, e considerando o disposto no documento Protocolar - Conjunto de Protocolos de Indicadores: EC1, a empresa que mais fielmente seguiu a metodologia de reporte aí imposta, foi a Mota-Engil. Quanto aos restantes grupos, Somague e Soares da Costa, ambas referenciam excessivamente anos transatos. A Somague apesar de reportar algumas informações não responde ao indicador favoravelmente, já a Soares da Costa, apresenta outros coeficientes de comparação que não os solicitados e assim não responde a quase nada do indicador.

O reporte do presente indicador deverá ser executado por Áreas de Negócio/Empresas pertencentes ao grupo empresarial em análise, na medida em que tratando-se, por vezes, de áreas de negócios tão distintas umas das outras, se o reporte for efetuado como um todo, verifica-se que existem áreas que acabam por camuflar outras, que apesar de não serem tão

representativas no seu todo, poderão sê-lo na sua área de negócio em concreto. Pelo que se sugere a alteração do articulado do indicador de acordo com o seguinte:

Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos por áreas de negócio/empresas do grupo.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 1).

EC2	<i>Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização,</i>
Indicador Essencial	<i>devido às alterações climáticas.</i>

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que todos os grupos não reportam o solicitado no indicador.

Assim para se concluir, uma situação que se presume que fosse interessante de estudar e de se incluir no presente indicador, que não estando diretamente relacionado com alterações climáticas, mas sim com o comportamento climatérico existente nos diversos países onde a empresa possui presença, serão os comportamentos financeiros, que possam advir, de num mesmo intervalo temporal em diferentes países, da concretização de um produto – construção (prazos, materiais, maquinaria, mão-de-obra, etc.), pelo que se sugere a reformulação do indicador, de acordo com o seguinte:

Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas e/ou comportamentos climatéricos por diferentes países.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 1).

EC3	<i>Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.</i>
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que a Somague foi o mais completo, mas este quando confrontado com os itens plasmados no documento protocolar revela-se ainda assim muito incompleto. Da análise da Mota-Engil refere-se unicamente que a mesma não possui nenhuma estrutura de planos (benefícios) para além dos obrigatórios – Regime Geral da Segurança Social, que incide sobre a massa salarial de cada colaborador/funcionário. Contudo, considera-se que o indicador revela muitas

lacunas, na medida em que se está a referir ao Regime Geral da Segurança Social vigente em Portugal ou outro país, e cada país tem um regime geral próprio e a empresa não exerce atividade só em Portugal. Considera-se que a empresa deveria ter desenvolvido mais o indicador, aliás, a par com o disposto no documento protocolar correspondente. A Somague refere que o indicador não é aplicável à organização e/ou âmbito das atividades reportadas.

Como conclusão sugere-se ainda a reformulação do indicador, na medida em que pelo articulado do mesmo não é evidente o que se pretende:

Cobertura de planos⁸ existentes na organização, referentes a obrigações legais e benefícios definidos pela organização.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 1).

EC4**Indicador Essencial***Apoio financeiro significativo recebido do governo.*

Da análise efetuada aos três grupos, verifica-se que a Mota-Engil foi a única a responder ao presente indicador, ainda que, a mesma deveria construir uma tabela onde evidenciasse os valores atribuídos, pelo estado (com a designação da unidade orgânica do Estado que cedeu o apoio financeiro) por espécie (obra, primeiro emprego, ou outros), e assim sucessivamente pelas outras entidades que cederam apoios (nacionais e/ou estrangeiras – designar país). Este *layout* permitiria um entendimento imediato e eficaz da informação que se pretende fornecer ao leitor. A Soares da Costa refere que é um indicador não relevante, e no qual se discorda, pois as contribuições/apoios recebidos são um incentivo à viabilidade da organização e interessa saber se os mesmos, são devidamente aproveitadas por esta.

6.1.2 Aspeto – Presença no Mercado

EC5**Indicador Complementar***Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.*

Nenhum dos grupos reflectiu qualquer tipo de informação acerca do solicitado. Considera-se que por se tratar de um indicador complementar, o mesmo deveria figurar no final do aspeto em estudo, pelo que se sugere que passe a figurar como EC7.

⁸ Protecção Social/Outros.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 1).

EC6	<i>Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.</i>
Indicador Essencial	

Apesar de nenhum dos grupos reportar na íntegra o solicitado no documento protocolar, verifica-se que responderam pelo menos aos pontos 1.3 e 1.5 do mesmo, o que reflecte que todas as empresas possuem orgânicas de gestão basilares.

EC7	<i>Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.</i>
Indicador Essencial	

Após análise, no cômputo geral os grupos referem que privilegiam a contratação local de colaboradores. Referem ainda que possuem políticas/critérios de contratação/recrutamento e seleção de colaboradores/funcionários/trabalhadores, no entanto a evidência de tais políticas, não se encontram plasmadas nos seus relatórios com excepção da Soares da Costa. Antes dos grupos reportarem o presente indicador e a par disposto no documento protocolar, importa primeiramente definir o significado de local⁹, pois sendo o setor da construção um setor “nómada” quanto à fabricação dos seus produtos, os órgãos de topo da empresa dificilmente se encontrarão junto dos mesmos, pois este setor não pode ser encarado como uma unidade fabril.

Do disposto julga-se pertinente reformular o indicador, pelo que se sugere o seguinte:

Procedimentos para a contratação de recursos humanos. Proporção da contratação, por categorias de funções e por local, nos:

- Estaleiros fixos¹⁰
- Temporários ou móveis¹¹

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 1).

⁹ “Local refere-se tanto aos indivíduos nascidos como àqueles com direito legal para residir indefinidamente (ex: cidadãos naturalizados, estrangeiros com visto permanente) no mesmo mercado geográfico da operação. As empresas poderão escolher a sua própria definição de local, pois, em alguns casos cidades, regiões e até mesmo pequenos países podem ser classificados como local. Entretanto, a definição deverá ser claramente informada.”

¹⁰ Estaleiros fixos → sedes, delegações, estaleiros fixos, unidades de apoio, entre outros.

¹¹ Estaleiros temporários ou móveis → de acordo com o art. 3.º do DL n.º 273/2003, de 29 de Outubro, locais onde se efetuam trabalhos de construção de edifícios ou trabalhos referidos no n.º 2 do art. 2.º, bem como os locais onde, durante a obra, se desenvolvem atividades de apoio direto aos mesmos

6.1.3 Aspeto – Impactos Económicos Indiretos

EC8	<i>Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.</i>
Indicador Essencial	

No cômputo geral todos os grupos respondem ao solicitado no indicador, apesar de diferirem no *layout* de reporte.

EC9	<i>Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.</i>
Indicador Complementar	

Após análise ao indicador, não se concorda com a existência deste indicador pois repete o pedido no anterior na sua essência, para além de se considerar que os impactos indiretos, dos diversos projetos em que a empresa se envolveu, são difíceis de quantificar pelo que, e apesar de ser um indicador complementar, se sugere a sua supressão.

6.1.4 Súmula das alterações propostas

No seguimento da análise comparativa efetuada, apresenta-se agora uma súmula, que resume as alterações, caso existam, a efetuar a cada indicador tendo em conta a versão existente da GRI (Tabela 1).

Tabela 1 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho económico

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007	Proposta do Indicador GRI	Observações
DESEMPENHO ECONÓMICO	Essencial	EC1 <i>Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.</i>	Essencial EC1 <i>Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos por áreas de negócio/empresas do grupo.</i>	Altera-se a designação do indicador.
	Essencial	EC2 <i>Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.</i>	Essencial EC2 <i>Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas e/ou comportamentos climáticos por diferentes países.</i>	Altera-se a designação do indicador, de forma a incluir informação igualmente importante neste âmbito.
	Essencial	EC3 <i>Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.</i>	Essencial EC3 <i>Cobertura de planos existentes na organização, referentes a obrigações legais e benefícios definidos pela organização.</i>	Altera-se a designação do indicador, tornando-o assim mais evidente.
	Essencial	EC4 <i>Apoio financeiro significativo recebido do governo.</i>	Essencial EC4 <i>Apoio financeiro significativo recebido do governo.</i>	Mantém-se a estrutura.
PRESENÇA NO MERCADO	Complementar	EC5 <i>Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.</i>	Essencial EC6 ↓ EC5 <i>Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.</i>	Mantém-se a designação, mas muda-se de posição.
	Essencial	EC6 <i>Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.</i>	Essencial EC7 ↓ EC6 <i>Procedimentos para a contratação de recursos humanos. Proporção da contratação, por categorias de funções e por local, nos:</i> - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis.	Reformulação do indicador.
	Essencial	EC7 <i>Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.</i>	Complementar EC5 ↓ EC7 <i>Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
IMP. DIRETOS ECONÓMICOS	Essencial	EC8 <i>Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.</i>	Essencial EC8 <i>Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.</i>	Mantém-se a estrutura.
	Complementar	EC9 <i>Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.</i>		Supressão deste indicador.

6.2 INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Os indicadores de desempenho ambiental têm como objetivo avaliar os impactos de uma empresa no ecossistema (água, solos, ar, entre outros). Assim, este tipo de indicadores foca-se no desempenho dos consumos e da produção de uma determinada empresa, com a biodiversidade, com a conformidade ambiental e com outras informações relevantes como, impactos de produtos e serviços. Os consumos abrangem por exemplo, matérias-primas escolhidas, energia produzida, água, entre outros, e a produção por exemplo, emissões e efluentes gasosos libertados, resíduos, entre outros.

Neste contexto surgem nove aspetos que dividem os indicadores de desempenho ambiental, como se pode observar pela figura seguinte (Figura 9).



Figura 9 – Categorias dos Indicadores de Desempenho Ambiental

Cada aspeto apresenta um número de indicadores, como ilustra a tabela seguinte (Tabela 2).

Tabela 2 - Quantidade de indicadores por aspeto

Aspeto	Quantidade de indicadores	
Materiais	2	(EN1 e EN2)
Energia	5	(EN3, EN4, EN5, EN6e EN7)
Água	3	(EN8, EN9 e EN10)
Biodiversidade	5	(EN11, EN12, EM13, EN14 e EN15)
Emissões, efluentes e resíduos	10	(EN16, EN17, EM18, EN18, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23, EN24e EN25)
Produtos e serviços	2	(EN26 e EN27)
Conformidade	1	(EN28)
Transporte	1	(EN29)
Geral	1	(EN30)

A análise comparativa da informação reportada nos relatórios de sustentabilidade das três empresas do setor da construção civil em estudo, para cada indicador de desempenho ambiental encontra-se seguidamente, à semelhança do que foi apresentado nos indicadores económicos (análise anterior).

6.2.1 Aspeto – Materiais

EN1	
Indicador Essencial	<i>Materiais utilizados, por peso ou por volume.</i>
<p>Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que todos eles reportaram o solicitado, recorrendo a disposições gráficas, nomeadamente gráficos de barras, e análises qualitativas, contudo de referir que a matéria listada pela Mota-Engil, quando comparada com a dos restantes grupos, é desigual. Verifica-se que a Mota-Engil compilou uma série de matérias-primas, materiais associados ao processo e mercadorias, e as restantes empresas listaram somente as matérias-primas mais consumidas nas suas organizações.</p> <p>De facto, da interpretação retirada do documento – Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN1, as premissas para o reporte deste indicador assentam na compilação de uma série de dados, à semelhança do efetuado pela Mota-Engil, contudo para um eficaz entendimento da informação a reportar, a mesma deverá seguir o grafismo seguinte ou outro semelhante (Figura 10), de forma a cumprir na íntegra o disposto no documento citado, bem como conferir ao leitor, um entendimento imediato do comportamento desta matéria, para o ano em análise.</p>	

Identificação do Total de Materiais Usados				
	Fornecedores Externos		Fontes Internas	
	MD	MNR	MD	MNR
Matérias-primas				
Materiais associados ao processo				
Mercadorias ou peças semi-fabricadas				
MD – Materiais Diretos		MNR - Materiais não renováveis		

Figura 10 - Possível grafismo a adotar para o reporte de EN1

Apesar de se considerar importante a existência de algum referencial histórico, de forma a proporcionar ao leitor uma percepção imediata, do comportamento temporal do presente indicador, considera-se excessiva a referência aos últimos 3 anos - 2006, 2007, 2008, conforme a existente nos gráficos da Somague, pelo que se sugere a alusão apenas ao último ano transato.

Dos aspetos apontes, e a propósito da afirmação referida pela Mota-Engil (“(...) *os maiores consumos de materiais referem-se a trabalhos de execução de obras e extração de minerais.*”), considera-se que, o reporte do presente indicador deverá ser executado por Áreas de Negócio/Empresas pertencentes ao Grupo Empresarial em análise, na medida em que tratando-se, por vezes, de áreas de negócios tão distintas umas das outras, se o reporte for efetuado à semelhança do que fez a Mota-Engil, verifica-se que os materiais mais consumidos numa determinada área de negócio, acabam por camuflar os outros, que apesar de não serem tão representativos no seu todo, poderão sê-lo na sua área de negócio em concreto. Pelo que se sugere a alteração do articulado do indicador de acordo com o seguinte:

Materiais mais utilizados, por peso ou por volume e por áreas de negócio/empresas do grupo.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 3).

EN2	
Indicador Essencial	<i>Percentagem de materiais utilizados, que são provenientes de reciclagem.</i>
Acerca da análise às informações dispostas no relatório da Somague, verifica-se que o primeiro reporte, apesar de se aproximar do solicitado, não reflecte a <i>Identificação do Total de Materiais Usados Reciclados</i> , por: matérias-primas, materiais associados ao	

processo, e as mercadorias ou peças semi-fabricadas. Contudo informa acerca de um material – Solos (matéria-prima), utilizada nos últimos 2 anos (2007 e 2008).

Relativamente ao reporte seguinte, apesar de se considerar importante a informação fornecida, no cômputo do presente indicador desvaloriza-se a mesma, uma vez que apenas reflecte a reciclagem/reaproveitamento de materiais relativos a um único produto - Conjunto imobiliário Estoril Sol Residence, e o pretendido é uma reflexão do *Total de Materiais Usados Reciclados, de todos os produtos efetuados no ano em análise*.

Relativamente ao reportado pela Soares da Costa, é identificado um material – Papel (material associado ao processo), permitindo ao leitor uma visão imediata dos gastos desse material, na modalidade “virgem e reciclado”, saliente-se ainda respectivamente em jeito desfavorável e favorável, o facto da unidade utilizada ter sido as resmas de papel A3 e A4, tal unidade deverá ser sempre apresentada ou convertida em peso ou volume total, e o facto do reporte ter sido efetuado por área de negócio, que à semelhança da alteração sugerida para EN1 de igual forma se sugere para o presente:

Percentagem de materiais utilizados, que são provenientes de reciclagem por áreas de negócio/empresas do grupo.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 3).

Das considerações anteriores e das premissas dispostas no documento protocolar, conclui-se que apesar dos esforços demonstrados pelos grupos em análise, nenhum deles respondeu eficazmente ao solicitado.

6.2.2 Aspeto – Energia

EN3	Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.
Indicador Essencial	

Acerca da presente análise importa primeiramente definir alguns conceitos, (retirados do documento – Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN3) para que as críticas abaixo enunciadas se afigurem perceptíveis, a saber:

Energia direta = que advém das fontes¹² de energia primária,

Energia indireta = Energia intermediária → refere-se a formas de energia produzidas convertendo a energia primária/energia direta noutras formas.

Obs: para a maioria das organizações, a electricidade será a única forma significativa de energia intermediária.

A Mota-Engil, é a única empresa que claramente separa o reporte dos indicadores EN3 e EN4, respectivamente referentes a:

- Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária e;
- Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.

As restantes empresas reportam ambas as energias em consonância, suscitando aos leitores leigos nesta matéria, um entendimento dúbio, pois nem todos têm presente a definição de energia direta/indireta.

A Mota-Engil, reportou ainda unicamente as dispersões do consumo do gasóleo, alegando ser a “*principal forma de energia consumida associada ao funcionamento de máquinas, equipamentos e outros veículos*”. Estas dispersões apresentam-se primeiramente numa tabela, que reflecte os consumos da energia citada (em litros), por atividades, seguidamente num gráfico (em percentagem), salientando-se aqui, a existência da seguinte gafe: se na tabela¹³ são apresentadas 7 áreas distintas de negócios, as mesmas deveriam vigorar no gráfico¹³, no entanto a área de negócio relativa ao estaleiro central não aparece. Presume-se que tal aconteça, em virtude da percentagem se afigurar insignificante, no entanto se tal aconteceu devido a este facto, considera-se que o melhor teria sido não considerar esta área de negócio.

Acerca da Somague constata-se que apesar de ter reportado ambas as energias em consonância, respondendo ao solicitado no presente indicador e no mais adiante (EN4), sugerem-se alterações ao articulado(s) do(s) mesmo(s), dado que esta empresa reportou o consumo das energias na totalidade, a Mota Engil por atividades/áreas de

¹² **renováveis** = combustíveis biológicos, etanol, hidrogénio, ... e **não renováveis** = carvão, gás natural, combustível destilado de petróleo bruto (gasolina, gasóleo/diesel, gás natural/butano/propano...)

¹³ **Tabela** - Construção, infra-estruturas e engenharia - 6.635.557l; Fundações especiais - 711.810l; Geotecnia - 103.926l; Betões hidráulicos - 776.926l; Estaleiro do Porto Alto - 1.202.292l; Agregados - 3.803.424l e Laboratório Central - 27.386l.

Gráfico - Construção, infra-estruturas e engenharia 50%; Fundações especiais 5%; Geotecnia 1%; Betões hidráulicos 6%; Estaleiro do Porto Alto 9% e Agregados 29%.

negócio/produção e a Soares da Costa por obras em desenvolvimento, unidades fixas e frota automóvel, ou seja, cada uma considerou os gastos energéticos em áreas distintas reflectindo uma desarmonia completa entre grupos que “produzem” o mesmo tipo de produto - construção.

A Soares da Costa dispõe de gráficos denominados por “*Consumo de Energia nas unidades fixas*” e “*Consumo de Energia da frota automóvel*”, que apresentam os consumos da Soares da Costa Construções e Contato Sociedade de Construções, limitando o leitor, a saber, o que realmente cada uma das empresas consome.

Do disposto sugere-se a seguinte alteração ao articulado do indicador:

Consumo direto/indireto de energia, discriminado por fonte de energia primária, provenientes de:

- Estaleiros fixos¹⁰,
- Temporários ou móveis¹¹, e
- Frota automóvel¹⁴.

Relativamente às conversões apresentadas, refere-se o seguinte:

As apresentadas pela Mota Engil e Somague, estão correctas e o leitor consegue aferir às mesmas, para o efeito consultar os cálculos de verificação dispostos em anexo (Anexo 1), por seu turno as conversões apresentadas pela Soares da Costa são em TEP, diferindo das dos restantes grupos e divergindo das conversões solicitadas no documento - Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN3.

EN4	
Indicador Essencial	<i>Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.</i>
Reiteram-se as considerações anteriores, pelo que se sugere a junção deste indicador com o anterior.	
Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - <i>Súmula das alterações propostas</i> (Tabela 3).	

¹⁴ Frota automóvel → veículos ligeiros/pesados. Obs: Estão excluídas as máquinas/equipamentos uma vez que estes são para considerar nos gastos do item anterior.

EN5 Indicador Essencial	<i>Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.</i>
----------------------------	--

A Mota-Engil descreve uma série de atitudes proativas valorizáveis no âmbito do presente indicador, no entanto não concretiza em termos quantitativos, a energia economizada devido à implementação das mesmas. Tal estudo (comparação com a energia gasta antes e após a implementação, das medidas) será fundamental para aferir se as atitudes implementadas, correspondem aos objetivos esperados - poupança de energia. Ao contrário da Mota-Engil a Somague apresenta resultados quantitativos, resultado da implementação, em 2007, do Sistema de Gestão de Manutenção Preventiva do Edifício Sede, no entanto não informa acerca do que consiste esse sistema. A Soares da Costa não reportou.

Concluindo, considera-se que o presente indicador deverá ser mais valorizado, na medida em que não só demonstra, as iniciativas proativas das empresas (qualitativas), para melhorar a eficiência energética, como também permite aferir às poupanças/redução (quantitativos) dos consumos alcançados. Por tal facto deverá ser considerado como essencial, uma vez que a redução de energia eleva os padrões competitivos de concorrência das empresas, constituindo uma estratégia eficaz de sobrevivência no mercado. A par desta crítica, e analisando o que é pedido em EN7, conclui-se que estes indicadores deverão ser compilados num único, uma vez que, se por um lado interessa elencar as iniciativas relativas à eficiência energética, por outro interessa informar das poupanças alcançadas em detrimento destas.

À semelhança das conclusões dispostas em EN3 e EN4, as empresas deverão distinguir com exactidão as energias (direta/indireta) a que fazem referência e a dispersão relativa a: estaleiros fixos¹⁰, temporários ou móveis¹¹, e frota automóvel¹⁴.

As empresas deverão apresentar dispersões onde figurem pelo menos os últimos dois anos transatos.

Pelo que se sugere a reformulação do articulado do indicador de acordo com o seguinte:

Iniciativas e os correspondentes consumos aferidos, para reduzir o consumo de energia direta/indireta, devido a melhorias na conservação e na eficiência, por:

- Estaleiros fixos¹⁰,
- Temporários ou móveis¹¹, e

- Frota automóvel¹⁴.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na

- *Súmula das alterações propostas* (Tabela 3).

EN6	<i>Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.</i>
Indicador Complementar	

Da análise efetuada aos três grupos, verifica-se que nenhum reporta o presente indicador.

Considera-se que pela natureza dos produtos/serviços resultantes deste setor - construção, este indicador é mais difícil de pôr em prática relativamente a outros setores, observem-se os seguintes exemplos:

- Execução de produtos/serviços com estipulação contratual, e demais peças patentes no concurso, onde tudo está devidamente caracterizado acerca dos produtos/materiais a aplicar na obra. Nestas situações cabe ao diretor de obra/outro, advertir o Dono de Obra, para produtos/materiais/equipamentos/outros, de melhor eficiência energética relativamente aos definidos nos elementos patenteados a concurso.

- Nas situações em que a empresa é cumulativamente promotor e construtor, este indicador faz todo o sentido, pois a empresa tem margem (visto não estar condicionada em termos contratuais) para optar por produtos/materiais/equipamentos/outros energeticamente eficientes.

Dos factos dispostos interessa que no reporte, as empresas caracterizem inequivocamente os produtos resultantes do ano em análise, e “dentro” desses listem as iniciativas (quantitativas e qualitativas) relativas ao presente indicador.

EN7	<i>Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.</i>
Indicador Complementar	

Constata-se que todos os grupos informam acerca do presente indicador contudo, reitera-se o descrito na conclusão do indicador - EN5, ou seja, complementam-se, dando origem a um novo indicador EN4, suprimindo-se da presente posição.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na

- *Súmula das alterações propostas* (Tabela 3).

6.2.3 Aspeto – Água

EN8

Indicador Essencial

Consumo total de água por fonte.

No cômputo geral considera-se eficaz a informação fornecida pela Mota-Engil, no entanto, e de acordo com o já sugerido em indicadores anteriores, o(s) consumo(s) de água deverão não só ser listados por: - Áreas de Negócio/Empresas pertencentes ao Grupo Empresarial em análise, como também por: - Estaleiros fixos¹⁰, e - Temporários ou móveis¹¹. De relevar ainda a existência do referencial histórico, pois proporciona ao leitor uma percepção imediata, do comportamento temporal do presente indicador, pelo que se sugere sempre a alusão aos dois anos anteriores relativamente ao ano em análise.

Relativamente ao reporte da Somague e Soares da Costa reiteram-se as críticas apresentadas no grupo anterior. No reporte da Soares da Costa apenas de apontar a existência de uma gafe, na medida em que no gráfico que apresentam juntam o consumo de água com o das matérias-primas, estas matérias deverão ser relatadas em separado, não só pela imposição dos indicadores, como também por se tratar de substâncias tão distintas, a água nunca pode ser “posta no mesmo saco das matérias-primas”, pois é um dos 4 elementos naturais do planeta, essencial para a vida humana.

Em jeito de conclusão dos aspetos apontes, sugere-se a alteração do articulado do indicador de acordo com o seguinte:

Consumo total de água por:

- fonte,
- e por estaleiros fixos¹⁰, e temporários ou móveis¹¹.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 3).

EN9

Indicador Complementar

Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.

Apenas a Somague respondeu, referindo nas observações do seu índice “*O consumo de água na Somague é maioritariamente da rede pública. A extração de água diretamente de recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) é pontual e pouco significativa, não havendo evidências da sua afetação.*”

Pelo que se considera que o presente indicador é um pouco ambicioso na medida em que, está dependente da cedência de informações¹⁵ de terceiros (ministérios ou departamentos/municípios/serviços/... locais ou nacionais responsáveis por questões referentes à água), que por vezes dificulta o reporte, em virtude dos grupos poderem conseguir aceder a tais dados.

Importa ainda referir que numa mesma área geográfica, poderão estão implementadas várias empresas, com impactos nos recursos hídricos completamente distintos, pelo que faz mais sentido o presente indicador ser estudado pelos terceiros acima referidos, uma vez que as empresas em virtude da rivalidade concorrencial, poderão vetar umas às outras, as informações de que dispõem relativas à água, dificultando a concretização do presente indicador, que a par do observado, nas empresas em estudo, é o que se afigura. Pelo que se sugere a retirada do presente indicador, e se substitua por um conteúdo, não contemplado no Aspeto: Água, e que não só se afigura pertinente, como atingível de reporte, a saber:

Medidas de mitigação implementadas, ao consumo de água nos:

- Estaleiros fixos¹⁰,
- Temporários ou móveis¹¹.

Para o efeito consultar a sugestão de alterações apresentadas na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 3).

EN10 Indicador Complementar	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.
---------------------------------------	---

Nada a relatar.

6.2.4 Aspeto – Biodiversidade

EN11 Indicador Essencial	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
------------------------------------	---

Constata-se que apenas a Somague reportou o indicador, apresentando uma tabela das obras realizadas em Espaço Protegido, com as informações seguintes: nome, região, figura de proteção, extensão e obra.

¹⁵ Consultar ponto 2 do documento - Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN9

A título conclusivo considera-se, que o indicador deverá ser adaptado ao setor da construção civil, uma vez que, para este tipo de indústria, as empresas estão sujeitas a realizar o seu produto em qualquer localização. Do disposto sugere-se a alteração seguinte:

Identificação¹⁶ de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas dos:

- Estaleiros fixos¹⁰, e
- Temporários ou móveis¹¹, arrendados ou administrados pela organização.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 4).

EN12	<i>Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.</i>
Indicador Essencial	

Acerca do reporte efetuado pela Mota-Engil, constata-se que são evidentes as “intenções” da empresa – “(...) *para todas as áreas de negócio são identificados e avaliados os possíveis impactos ambientais (...)*”, no entanto a sua concretização não é visível, na medida em que não enuncia/descreve os impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade, pelo que se considera que a empresa não respondeu ao indicador. Por seu turno considera-se que o referido pela Soares da Costa é um pouco ingénuo (“*A Empresa procura a minimização de impactes visuais negativos dos estaleiros de obra através da vedação da sua envolvente e não efetua a implantação de estaleiros, ainda que temporários, em locais protegidos ou em locais em que possa colocar em risco a biodiversidade local.*”), na medida em que muitas vezes as empresas são confrontadas a realizar a seu produto/obra em locais/áreas protegidos, e perante tais realidades a empresa tem se adaptar, de forma a não influir a biodiversidade existente, não obstante as informações dispostas, considera-se que a empresa não respondeu ao indicador á semelhança do grupo anterior. A Somague foi a única que respondeu eficazmente ao indicador.

Em jeito de conclusão considera-se, que no reporte do indicador, as empresas deverão abarcar cumulativamente a descrição, dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de

¹⁶ Consultar documento - Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN11

biodiversidade fora das áreas protegidas, como também as medidas de mitigação associadas a tais impactes. Do disposto, sugere-se a seguinte alteração ao articulado do indicador:

Descrição dos impactes significativos, de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas, e as medidas de mitigação associadas a tais impactes.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 4).

EN13	
Indicador Complementar	<i>Habitats protegidos ou recuperados.</i>
Constata-se que a Mota-Engil, foi o único grupo, que reportou informações, que de alguma forma dizem respeito ao indicador.	

Concluindo, da definição disposta no documento - Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN13, a saber: “(...) *Este indicador mede a implementação de uma estratégia específica para prevenir ou reparar impactos negativos associados a atividades. (...)*”

Considera-se que o solicitado é repetitivo, uma vez que já foi respondido no indicador anterior - EN12.

De acordo com a crítica anterior sugere-se a substituição do articulado do EN13, pelo seguinte:

Participação em iniciativas de sensibilização e preservação da biodiversidade.

Perante este novo indicador as empresas terão oportunidade de dar a conhecer o seu papel proactivo e participativo nas iniciativas/parcerias, com terceiros, relativas à biodiversidade. Apesar de se verificar que muitas delas já o fazem, constata-se que o reporte deste tipo de informação encontra-se avulsa nos relatórios de sustentabilidade em análise, uma vez que não se encontra diretamente correlacionada com nenhum dos indicadores dispostos no documento G3: 2000-2007 GRI, pelo que se sugere a sua inserção.

Para o efeito, consultar a reformulação do indicador, de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 4).

EN14	<i>Estratégias e programas actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.</i>
Indicador Complementar	

A Somague foi o único grupo que reportou o presente indicador.

Concluindo, não obstante a parecença com o solicitado em EN12, uma vez que a gestão de impactes na biodiversidade está dependente do estipulado em contrato/cadernos de encargos/etc. das obras/produtos a efetuar, também a empresa/grupo e a par do solicitado – estratégias futuras, poderá fomentar uma atitude ambiciosa e delinear programas relativos à preservação da biodiversidade, para obras/produtos em que tal temática não seja abordada/valorizada.

A título exemplificativo observe-se o respondido pela Somague, que apesar de serem metas relativas ao desenvolvimento sustentável num todo, poder-se-á aproveitar a ideia e adaptar especificamente para a gestão de impactes na biodiversidade.

EN15	<i>Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.</i>
Indicador Complementar	

Nenhum dos grupos respondeu ao indicador.

6.2.5 Aspeto – Emissões, Efluentes e Resíduos

EN16	<i>Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.</i>
Indicador Essencial	

Acerca da presente análise importa primeiramente definir alguns conceitos, (retirados do documento – Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN16) para que as críticas abaixo enunciadas se afigurem perceptíveis, a saber:

Emissões diretas = Emissões de fontes que são propriedade da organização relatora ou por ela controladas.

Ex: emissões provenientes dos consumos/gastos de combustível(eis) para gerar energia dentro dos limites operacionais da organização.

Emissões indiretas = Emissões que resultam das atividades da organização relatora, mas que são gerados em fontes que são propriedade de outra organização ou por ela controladas.

Obs: Para a maioria das organizações, a electricidade será a única forma significativa de emissão indireta de GEE.

Relativamente ao reportado pela Mota-Engil e considerando as premissas dispostas no documento protocolar supra referido, constata-se que os factores de conversão encontram-se enunciados, com a identificação da correspondente fonte bibliográfica. A alusão às emissões diretas e indiretas é muito incompleta, e a sua descrição não é a correcta, ora observe-se o seguinte: Apresentam um articulado confuso, na medida em que, o consumo direto^{a)} e indireto^{b)} respectivamente reportado em EN3 e EN4, é relativo a:

a) Produção/atividades/áreas de negócio – fonte: gasóleo

b) Produção/atividades/áreas de negócio – fonte: electricidade

Do disposto, e considerando a significação antes descrita relativa a emissões diretas e indiretas, denota-se a existência de erros no referido articulado, concretamente “*consumos diretos – relacionados com a produção – e indiretos de energia – da frota automóvel*”, na aceção correcta, o articulado deveria corresponder ao seguinte; consumos diretos – relacionados com a produção e indiretos de energia – relacionados com o consumo de electricidade e consumos de outras emissões indiretas – relacionadas com a frota automóvel. Quanto aos dados apresentados na tabela e gráfico das “*Emissões Diretas e Indiretas de Gases com Efeito de Estufa (ton/ano)*”, do gasóleo e electricidade, os mesmos estão incorrectos. Para o efeito efetuaram-se os cálculos de verificação, que se encontram em anexo (Anexo 2).

A Somague identifica igualmente os factores de conversão. Quanto à forma de apresentação das emissões diretas e indiretas, provenientes dos consumos energéticos (diretos e indiretos) enunciados em EN3 é completamente divergente do aí reportado, impossibilitando qualquer tipo de correlação, ora observe-se o seguinte.

Sumariamente em EN3 dispõem, do gráfico:

- “*Consumo de Energia em GJ*”, sendo que as fontes reportadas são: o combustível e a electricidade,
- “*Consumo de Electricidade (kWh)*”,
- “*Consumo de Gasolina (l)*”, da frota automóvel e dos equipamentos,
- “*Consumo de Gasóleo (l)*”, da frota automóvel e dos equipamentos,
- “*Consumo de Gás Natural (m³)*”.

No presente indicador apresentam:

- Tabela das “Emissões CO2 por fonte (ton CO2eq)”, da electricidade, equipamentos e frota automóvel.

- Gráfico das “Emissões CO2 (2008)”, de: - Equipamentos combustível + gás natural 47%, - Frota automóvel + autocarro 41%, - Electricidade 12%.

À semelhança do efetuado, para a Mota-Engil efetuaram-se igualmente os cálculos de verificação, que se encontram dispostos em anexo (Anexo 2), os quais se revelaram conformes.

Por último, da análise às informações dispostas pela Soares da Costa, constata-se que os factores de conversão não são enunciados e que a forma de apresentação das emissões diretas e indiretas, provenientes dos consumos energéticos (diretos e indiretos) enunciados em EN3 é completamente divergente do aí reportado, impossibilitando qualquer tipo de correlação,

Em jeito de conclusão, uma vez que cada uma das empresas reportou a emissão de GEE, em temáticas diversificadas, reflectiu numa desarmonia completa entre grupos/empresas que produzem o mesmo tipo de “produto” - construção. Sugere-se a seguinte alteração ao articulado do indicador:

Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso, provenientes de:

- Estaleiros fixos¹⁰,
- Temporários ou móveis¹¹, e
- Frota automóvel¹⁴.

Para o efeito, consultar a reformulação do indicador, de acordo com o disposto - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 5).

EN17

Indicador Essencial

Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.

Considerando as premissas provenientes do documento – Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN17 constata-se, o seguinte acerca da análise efetuada aos grupos em estudo:

- A Mota-Engil claramente identifica as outras emissões indiretas, como sendo o Gasóleo - frota automóvel, no entanto não associa as emissões, não responde ainda ao total de emissões indiretas relevantes de GEE em toneladas equivalentes de CO₂, na medida em que apresenta em toneladas por ano;
- A Somague não identifica claramente as outras emissões indiretas, no entanto pelo gráfico apresentado e considerando o respondido anteriormente em EN3, presume-se que as mesmas estejam associadas aos 41% da frota automóvel + autocarro, não se conseguindo contudo, associar a percentagem descrita a alguma atividade¹⁷, não responde ainda ao total de emissões indiretas relevantes de GEE em toneladas equivalentes de CO₂, na medida em que as apresenta em percentagem;
- A Soares da Costa identifica as outras emissões indiretas¹⁸, mais informa das emissões referentes às viagens de comboio que não são expressivas em termos de percentagem, não responde ainda ao total de emissões indiretas relevantes de GEE em toneladas equivalentes de CO₂, na medida em que as apresenta em percentagem.

EN18	<i>Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.</i>
Indicador Complementar	

Apesar de em todos os grupos se refletirem informações, constata-se que as mesmas não seguiram a metodologia imposta no documento protocolar correspondente, no entanto é de congratular os esforços desenvolvidos pelos mesmos.

Considera-se que o presente indicador deverá ser mais valorizado, na medida em que não só demonstra, as iniciativas proativas das empresas (qualitativas), para melhorar as emissões de GEE, como também permite aferir às reduções (quantitativas) das emissões alcançadas. Por tal facto deverá ser considerado como essencial, uma vez que a redução de emissões de GEE eleva os padrões de ética e responsabilidade da empresa ao nível ambiental, fomentando o interesse dos seus *stakeholders*, e como tal as empresas/grupos deverão envidar esforços para o responder sempre.

Pelo que se sugere a reformulação do indicador, de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 5).

¹⁷ Ex: transporte de trabalhadores, viagens de trabalho/negócios, etc.

¹⁸ Ex: viagens de avião.

EN19	<i>Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.</i>
Indicador Essencial	

Nada a relatar.

EN20	<i>NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.</i>
Indicador Essencial	

Nada a relatar.

EN21	<i>Descarga total de água, por qualidade e destino.</i>
Indicador Essencial	

Analisados os reportes da Mota-Engil e Somague, considera-se que ambas as empresas convergem de alguma forma, com o disposto no documento protocolar, com exceção de que a Mota-Engil se aproximou mais do solicitado, em virtude de dispor do volume total descarregado – 1.557m3. A Soares da Costa não reportou.

Concluindo, uma vez que o presente indicador está intimamente relacionado com o indicador EN8, reitera-se a sugestão da alteração aí enunciada, passando a vigorar o articulado seguinte:

Descarga total de água por qualidade e destino, nos:

- Estaleiros fixos¹⁰ e;
- Temporários ou móveis¹¹.

Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 5).

EN22	<i>Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.</i>
Indicador Essencial	

Considerando o disposto no documento protocolar do indicador em análise constata-se, que:

- A Mota-Engil claramente identifica/tipifica os resíduos com as correspondentes quantidades (%), apresenta uma tabela com a tipificação e quantidade total de resíduos (ton/ano), por método de tratamento – valorização (código R) e eliminação (código D). Saliente-se contudo, que a mesma não enumera exactamente as operações de eliminação/valorização de resíduos, conforme solicitado. De salientar o reporte das informações seguintes, apesar de não solicitadas no documento

protocolar; - “*Projetos de valorização de resíduos*”¹⁹, e a disponibilização do Gráfico da - “*Evolução do Tratamento Efetuado aos Resíduos dos anos 2007 e 2008 (eliminação/valorização)*”²⁰.

- A Somague não identifica/tipifica os resíduos produzidos, dispõe apenas de um gráfico com a quantidade total de resíduos produzidos (ton. 2008), por método de tratamento – deposição e valorização.
- A Soares da Costa não identifica/tipifica os resíduos produzidos nem descreve a quantidade total de resíduos produzidos (ton.), por métodos de tratamento – deposição/tratamento. Considera-se confuso o gráfico disposto, na medida em que, apresenta a quantidade total de resíduos por, empresas pertencentes ao grupo e unidades fixas.

Apesar de não ser evidente em nenhum dos relatórios dos três grupos, quem descreveu o método de tratamento, subentende-se que tenham sido os próprios grupos a tratar e aferir aos dados dispostos, não obstante a consulta de documentos das empresas receptoras dos resíduos.

Em jeito de conclusão considera-se que a empresa que mais se aproximou do solicitado foi a Mota-Engil. Considerando as análises anteriores bem como a seguinte afirmação da Somague: “*O esforço dedicado à gestão dos RCD traduziu-se num aumento significativo do seu encaminhamento para valorização, que passou de 32% em 2007 para 82% em 2008, cumprindo assim as imposições legais sobre este tema.*” Sugere-se a alteração do articulado do presente indicador de acordo com o seguinte:

Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação, provenientes de;

- Estaleiros fixos¹⁰;
- Temporários ou móveis¹¹ e;
- Nível de progresso na redução de resíduos, relativamente aos dois últimos anos transatos.

¹⁹ Considera-se pertinente a sua abordagem, uma vez que reflecte a atitude sustentável da empresa. Ao “resgatar” os resíduos e voltar a disponibilizá-los (num novo produto) até que se esgotem, a empresa promove a sinergia e o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade - economia, ambiente e social.

²⁰ Considera-se pertinente a sua abordagem, pois permite ao leitor, aferir ao referencial/comportamento histórico desta temática relativa a anos transatos.

Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 5).

EN23	<i>Número e volume total de derrames significativos.</i>
Indicador Essencial	

Relativamente aos reportes apresentados pelos três grupos em estudo, nada à a referir, no entanto relativamente ao articulado do indicador sugere-se a seguinte alteração, à semelhança de sugestões anteriores:

Número e volume total de derrames significativos por;

- Estaleiros fixos¹⁰ e;
- Temporários ou móveis¹¹.

Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 5).

EN24	<i>Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.</i>
Indicador Complementar	

Nada a relatar.

EN25	<i>Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.</i>
Indicador Complementar	

Nada a relatar.

6.2.6 Aspeto – Produtos e Serviços

EN26	<i>Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.</i>
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, a Soares da Costa não responde ao indicador, relativamente aos restantes grupos, não obstante a intenção no que respeita à mitigação de impactes dos seus produtos/serviços, através dos programas que apresentam, considera-se que não materializam as mesmas, ou seja não respondem ao disposto no documento Protocolar - Conjunto de Protocolos de Indicadores.

EN27	<i>Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.</i>
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que todos os grupos não reportam ao solicitado no indicador. Como conclusão reitera-se o citado pela Somague: *“Dada a natureza dos produtos e serviços fornecidos pela indústria da construção, considera-se o presente indicador não material”*, como tal deverá ser considerado como *Complementar*.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 6).

6.2.7 Aspeto – Conformidade

EN28	<i>Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.</i>
Indicador Essencial	

Relativamente ao reportado pelos três grupos, constata-se que tanto a Mota-Engil como a Somague apuraram os valores solicitados, a Soares da Costa não reportou qualquer informação sobre o indicador.

A respeito do articulado do presente indicador, considera-se desajustada a consideração aos *“montantes das coimas significativas”*, na medida em que tal condicionante (significativas) não deve substituir-se ao reporte daquelas com significância diminuta, em bom rigor, quase sempre, o somatório dessas pequenas coimas/incumprimentos, revela maior expressão, assim é excessivamente genérico, uma vez que apenas exige o reporte ao nível ambiental, considera-se que a conformidade deverá ser fielmente elencada por tipologia e ilícito (respectivamente ex: ruído, resíduos, emissões/efluentes, etc. e coimas, sanções, autos, processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem etc.). Assim das críticas enunciadas sugere-se a reformulação do indicador, de acordo com o articulado seguinte:

Montantes das coimas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais, discriminados por tipologia e ilícito.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 6).

6.2.8 Aspeto – Transporte

EN29	<i>Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.</i>
Indicador Complementar	

Da análise efetuada aos três grupos, todos eles reportaram unicamente o ponto 1.4 do documento protocolar visto que, todos os outros pontos já se encontram plasmados em indicadores anteriores, e assim, o estudo/reporte dos mesmos, nesta fase, não faz sentido na medida em que é uma repetição de informação já fornecida. Logo para o caso concreto considera-se que é o documento protocolar, que deverá ser revisto.

6.2.9 Aspeto – Geral

EN30	<i>Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.</i>
Indicador Complementar	

A única empresa que reflectiu informação acerca do solicitado foi a Soares da Costa, e apesar de se considerar assertivo, o reporte efetuado, o mesmo poderia ser melhorado/compilado por categorias, de acordo com a sugestão que seguidamente se enuncia. Considera-se que para uma melhor análise dos custos dispendidos, na avaliação da eficácia da organização, o presente indicador deverá ser reportado por categorias, pelo que se sugere a seguinte alteração ao articulado do indicador:

Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por:

- Estaleiros fixos¹⁰;
- Temporários ou móveis¹¹;
- Auditorias externas;
- Formação;
- Seguros, etc.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 6).

6.2.10 Súmula das alterações propostas

Segue-se agora um resumo que sintetiza as alterações, caso existam, efetuadas a cada indicador, tendo em conta a versão existente da GRI (Tabelas 3, 4, 5 e 6).

Tabela 3 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambiental (Aspetos: materiais, energia e água)

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007	Proposta do Indicador GRI	Observações
MATERIAIS	Essencial	EN1 <i>Materiais utilizados, por peso ou por volume.</i>	EN1 <i>Materiais mais utilizados, por peso ou por volume e por áreas de negócio/empresas do grupo.</i>	Reformulação do indicador.
	Essencial	EN2 <i>Percentagem de materiais utilizados, que são provenientes de reciclagem.</i>	EN2 <i>Percentagem de materiais utilizados, que são provenientes de reciclagem por áreas de negócio/empresas do grupo.</i>	Reformulação do indicador.
ENERGIA	Essencial	EN3 <i>Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária.</i>	EN3 + EN4 = EN3 <i>Consumo direto/indireto de energia, discriminado por fonte de energia primária, provenientes de:</i> - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e - Frota automóvel.	Reformulação do indicador e junção com outro.
	Essencial	EN4 <i>Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.</i>		
	Complementar	EN5 <i>Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.</i>	EN5 + EN7 = EN4 <i>Iniciativas e os correspondentes consumos aferidos, para reduzir o consumo de energia direta/indireta, devido a melhorias na conservação e na eficiência, por:</i> - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e - Frota automóvel.	Reformulação do indicador, junção com outro e alteração para essencial.
	Complementar	EN6 <i>Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.</i>	EN5 <i>Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
	Complementar	EN7 <i>Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.</i>		Complementa o novo indicador proposto EN4.
	Essencial	EN8 <i>Consumo total de água por fonte.</i>	EN6 <i>Consumo total de água por fonte, e por:</i> - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Complementar	EN9 <i>Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.</i>	EN7 <i>Medidas de mitigação implementadas, ao consumo de água nos:</i> - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
ÁGUA	Complementar	EN10 <i>Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.</i>	EN8 <i>Medidas de mitigação implementadas, aos efluentes produzidos nos:</i> - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Complementar		EN9 <i>Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.

Tabela 4 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambiental (Aspeto: biodiversidade)

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007	Proposta do Indicador GRI	Observações
BIODIVERSIDADE	Essencial	<p>EN11 <i>Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.</i></p>	<p>EN10 <i>Identificação de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas dos:</i> - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis, arrendados ou administrados pela organização.</p>	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Essencial	<p>EN12 <i>Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.</i></p>	<p>EN11 <i>Descrição dos impactes significativos, de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas, e as medidas de mitigação associadas a tais impactes.</i></p>	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Complementar	<p>EN13 <i>Habitats protegidos ou recuperados.</i></p>	<p>EN12 <i>Participação em iniciativas de sensibilização e preservação da biodiversidade.</i></p>	Alteração da designação do indicador.
		<p>EN14 <i>Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.</i></p>	<p>EN13 <i>Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.</i></p>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
		<p>EN15 <i>Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.</i></p>	<p>EN14 <i>Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.</i></p>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.

Tabela 5 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambientais (Aspeto: Emissões, efluentes e resíduos)

			Existente – GRI versão 3.0/2000-2007	Proposta do Indicador GRI	Observações
EMISSIONES, EFLUENTES E RESIDUOS	Essencial	EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	EN15 <i>Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso, provenientes de:</i> - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e - Frota automóvel.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Essencial	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	EN16 <i>Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
	Complementar	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	EN17 <i>Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição e passa a vigorar como indicador essencial.
	Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	EN18 <i>Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
	Essencial	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	EN19 <i>NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
	Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.	EN20 <i>Descarga total de água por qualidade e destino, nos:</i> - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Essencial	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	EN21 <i>Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação, provenientes de:</i> - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e o nível de progresso na redução de resíduos, relativamente aos dois últimos anos transatos.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Essencial	EN23	Número e volume total de derrames significativos.	EN22 <i>Número e volume total de derrames significativos por:</i> - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Complementar	EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	EN23 <i>Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
	Complementar	EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	EN24 <i>Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.

Tabela 6 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho ambientais (Aspetos: Produtos e serviços, conformidade, transporte e geral)

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007	Proposta do Indicador GRI	Observações
PRODUTOS E SERVIÇOS	Essencial	EN26 <i>Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto.</i>	EN25 <i>Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
	Essencial	EN27 <i>Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.</i>	EN26 <i>Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.</i>	Passa a ser um indicador complementar e altera-se a sua posição.
CONFORMIDADE	Essencial	EN28 <i>Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.</i>	EN27 <i>Montantes das coimas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais, discriminados por tipologia e ilícito.</i>	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
TRANSPORTE	Complementar	EN29 <i>Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.</i>	EN28 <i>Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.</i>	Mantém-se a designação, altera-se a posição.
GERAL	Complementar	EN30 <i>Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.</i>	EN29 <i>Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo:</i> - Estaleiros fixos; - Temporários ou móveis; - Auditorias; - Formação; - Seguros, etc.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.

6.3 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Os indicadores de desempenho social têm como objetivo avaliar os impactos das empresas nas redes sociais em que operam. Estes indicadores identificam aspectos de desempenho fundamentais no que se refere a práticas laborais, a direitos humanos, à sociedade e à responsabilidade. Neste contexto surgem 4 categorias referentes aos indicadores sociais, as quais se subdividem em vários aspectos, como se pode verificar pela figura e tabela seguintes (Figura 11 e Tabela 7).



Figura 11 – Categorias dos Indicadores de Desempenho Social

Tabela 7 - Aspectos relacionados com as categorias dos indicadores de desempenho sociais

Práticas Laborais e Trabalho Condigno	Direitos Humanos	Sociedade	Responsabilidade pelo produto
Emprego (LA1, LA2 e LA3)	Práticas de Investimento e de Aquisições (HR1, HR2, e HR3)	Comunidade (SO1)	Saúde e Segurança do Cliente (PR1 e PR2)
Relações entre Funcionários e Administração (LA4 e LA5)	Não-discriminação (HR4)	Corrupção (SO2, SO3 e SO4)	Rotulagem de Produtos e Serviços (PR3, PR4 e PR5)
Segurança e Saúde no Trabalho (LA6, LA7, LA8 e LA9)	Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva (HR5)	Políticas Públicas (SO5 e SO6)	Comunicações de Marketing (PR6 e PR7)
Formação e Educação (LA10, LA11 e LA12)	Trabalho Infantil (HR6)	Concorrência Desleal (SO7)	Privacidade do Cliente (PR8)
Diversidade e Igualdade de Oportunidades (LA13 e LA14)	Trabalho Forçado e Escravo (HR7)	Conformidade (SO8)	Conformidade (PR9)
	Práticas de Segurança (HR8)		
	Direitos dos Povos Indígenas (HR9)		

Os indicadores referentes às práticas laborais baseiam-se em dois instrumentos ligados diretamente às responsabilidades sociais das empresas: a Declaração Tripartida da OIT sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social, e as Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE.

Já os indicadores de desempenho relativos aos direitos humanos, requerem que as empresas façam referência ao facto da importância que deve ser dada aos Direitos Humanos, através dos investimentos e de práticas de seleção de fornecedores/empresas contratadas. Este indicadores incluem ainda a formação dos funcionários e do pessoal de segurança em direitos humanos, focando não só a não-discriminação e a liberdade de expressão, mas também o trabalho infantil, o trabalho forçado e escravo e os direitos dos indígenas.

No que diz respeito aos indicadores de desempenho relativos à sociedade, estes recaem sobre os impactes que as empresas possam ter nas comunidades em que operam, e na divulgação da forma como efetuam a sua gestão dos riscos, de suborno, corrupção, influência indevida na elaboração de políticas públicas, práticas de monopólio, entre outros, resultantes de interações com outras instituições sociais.

Por último, os indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto, abordam aspetos dos produtos e dos serviços que afetam diretamente os clientes, como, saúde e segurança, informações e rotulagem, *marketing* e privacidade. Estes aspetos são tratados, principalmente, através da divulgação de regulamentos internos e o nível de cumprimento dos mesmos.

A análise comparativa da informação reportada nos relatórios de sustentabilidade das três empresas do setor da construção civil em estudo, para cada indicador de desempenho ambiental encontra-se seguidamente.

6.3.1 Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

6.3.1.1 *Aspeto – Emprego*

LA1	<i>Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.</i>
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que a Mota-Engil foi a que reportou na íntegra o solicitado, não obstante a disposição de demais informações não solicitadas como seja o sexo e a idade. Quanto aos restantes grupos, Somague e Soares da Costa, refere-se respectivamente o seguinte, a existência de muitos gráficos dispersos, com referência a anos transatos (2 anos), que analisam não só a informação solicitada no indicador, com exceção da região, bem como o sexo e a idade, por último a Soares da Costa reporta igualmente informação não solicitada como seja o sexo e a idade, omite a relação entre o n.º de trabalhadores e o contrato de trabalho e os dados que dispõe acerca da mão-de-obra total e a região são muito incompletos e confusos, a região é reportada num universo total – 54,6% (Angola, Moçambique, Guiné, Estados Unidos da América e São Tomé e Príncipe), o leitor não consegue aferir à percentagem/quantidade por país, mantém-se a mesma crítica relativamente aos trabalhadores da Soares da Costa nacionais.

Constata-se ainda, que a descrição utilizada no reporte de um tema do indicador, é díspar, por exemplo para se referirem a tipo de emprego, a Mota-Engil e Soares da Costa assumem - grupo profissional e a Somague - qualificações dos colaboradores. O reporte deve assumir na íntegra a designação que o indicador utiliza, de forma a não suscitar dúvidas e a confundir o leitor. A mesma regra deve vigorar para o próprio relatório GRI, uma vez que para a mesma designação utiliza articulados diferentes como seja: LA1 Mão-de-obra total, LA2 Número total de trabalhadores, pelo que se sugere que se opte somente por Número total de trabalhadores.

Acerca da informação não solicitada, como seja o género (sexo) e a faixa etária (idade), considera-se oportuno o seu estudo.

Por último e com o intuito de uniformizar o reporte entre os diversos grupos do setor sugere-se a disposição do indicador de acordo com o critério seguinte:

- 1.º) Construção de tabela, que apresentará todos os dados/valores;

2.º) Construção de gráfico, que tem a grande vantagem de tornar mais visível não só os dados, mas também o comportamento das grandezas envolvidas no facto ou fenómeno tratado, a dispersão a utilizar deve fazer uso das coordenadas XYZ;

3.º) Finalmente recorrer a articulados/expressões escritas, pois existem detalhes que dificilmente são expostos e explicados sem o uso das palavras.

Do disposto sugere-se a reformulação do presente indicador de acordo com o seguinte, disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8):

Discrimine a mão-de-obra total, por:

- grupo profissional,
- contrato de trabalho,
- faixa etária,
- género,
- região.

LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que a Mota-Engil não reporta a relação entre o n.º total de trabalhadores e a região, constata-se ainda que a informação acerca do n.º total de trabalhadores, é fornecida em percentagem e não em quantidade, conforme solicitado pelo indicador. Através do gráfico consegue-se obter o n.º total de trabalhadores, por diferentes idades e géneros, mas não é possível ter uma correlação dos dois, ou seja, por exemplo, não se consegue aferir à quantidade de trabalhadores, com idade inferior a 30 anos por género masculino/feminino.

Relativamente aos restantes grupos, Somague e Soares da Costa, refere-se que o gráfico reportado pela Somague não informa, quanto à taxa de rotatividade por faixa etária e região, sendo de referir ainda que quando se confronta o texto com a informação fornecida pelo gráfico a mesma não coincide, existindo divergências relativamente às percentagens de mulheres. A empresa Soares da Costa não reportou o presente indicador.

A título conclusivo constata-se que o presente indicador, é ambíguo uma vez que origina várias interpretações, veja-se o exemplo da Mota Engil que relacionou rotatividade com as pessoas que “giram” por região dentro da própria empresa, e a Somague relacionou com entradas e saídas da empresa. O reporte efetuado pela Somague, conduz o leitor a outras

dúvidas: – As pessoas saem, porquê? – Reforma, términos de contratos, porquê? – o trabalhador/ a empresa não corresponde às expectativas do empregador/trabalhador, a conjuntura da empresa não permite vincular as pessoas contratadas, entre outros.

Entende-se, que a taxa de rotatividade está relacionada com as pessoas que “giram” por região, de acordo com a localização das empreitadas pelo que, se considera pertinente o seu estudo, para o efeito sugere-se a reformulação do presente indicador de acordo com o seguinte:

Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por empreitada e região.

Do disposto consultar a - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

LA3	<i>Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.</i>
Indicador Complementar	

Verifica-se, que o único grupo que respondeu na íntegra ao solicitado foi a Soares da Costa, por sua vez a Mota-Engil apesar de reportar alguma informação a mesma é incompleta, pois não se consegue perceber por quem são distribuídos, os benefícios, se a funcionários a tempo inteiro, temporários ou a tempo parcial, o mesmo acontece com o reporte efetuado pela Somague.

6.3.1.2 Aspeto – Relações entre Funcionários e Administração

LA4	<i>Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.</i>
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que a Mota-Engil refere que a totalidade dos trabalhadores está abrangida por IRCT's, a Somague apresenta um gráfico, que estuda a percentagem do n.º de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva e n.º de colaboradores sindicalizados, com o ano transato e a Soares da Costa refere que todos os colaboradores (100%) se encontram abrangidos por IRCT's.

Da análise anteriormente disposta conclui-se, que uma vez que para o setor da construção, existe Instrumento de Contratação/Regulação Coletiva de Trabalho²¹, considera-se

²¹ Publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 12, de 29 de Março de 2010, com declaração de rectificação publicada no mesmo Boletim, n.º 17, de 8 de Maio de 2010 e vínculo na Portaria n.º 495/2010 de 13 de Julho.

irrelevante a matéria solicitada no presente indicador, uma vez que a dispersão a apresentar por qualquer empresa do ramo será sempre de 100%.

Sugere-se o estudo dos dados seguintes em substituição de - Trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva:

Percentagem de trabalhadores:

- pertencentes à comissão e subcomissão de trabalhadores,
- sindicalizados,
- pertencentes a outras estruturas previstas em lei específica.

Para o efeito observe-se a reformulação do presente indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

LA5	<i>Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse</i>
Indicador Essencial	<i>procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.</i>

Constata-se, de acordo com o reporte efetuado pelos grupos em estudo, que é um indicador que cai no vazio, na medida em que leva as empresas a referirem, através de uma simples expressão, que cumprem a lei e os IRCT, pelo que se sugere a seguinte reformulação:

Descriminação das mudanças operacionais efetuadas.

De acordo com o disposto consultar a - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

6.3.1.3 Aspeto – Segurança e Saúde no Trabalho

LA6	<i>Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de</i>
Indicador Complementar	<i>segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.</i>

Da análise efetuada aos três grupos, verifica-se que a abordagem da Mota-Engil e Somague é semelhante, contudo é omissa relativamente à % da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, acresce o facto da Somague referir quais os objetivos da comissão. A Soares da Costa responde na íntegra ao indicador.

LA7	<i>Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o</i>
Indicador Essencial	<i>trabalho, por região.</i>

De uma forma geral todos os grupos, envidaram esforços na concretização do presente indicador, salienta-se contudo algumas omissões, e inclusões não solicitadas que levam à conclusão do parágrafo seguinte, quanto às omissões não se observa o estudo das doenças

profissionais e óbitos, por parte da Mota-Engil e Soares da Costa, e aos dias perdidos por parte da Somague. De referir ainda a existência de denominações díspares das dispostas no documento da GRI, são exemplo disso a menção a acidentes mortais e acidentes em vez de óbitos e lesões.

Verifica-se que não obstante, o reporte de informações não solicitadas no indicador por todos os grupos, considera-se oportuna a sua referência, observe-se a título exemplificativo as informações dispostas pela Somague, através de uma tabela, como sejam os índices de frequência, incidência, gravidade e acidentes, com baixa com < de 3 dias e > de 3 dias, sem baixa e mortais, uma vez que mais tarde todos estes dados revelar-se-ão de muita importância, para por exemplo aferir ao estudo do comportamento das doenças profissionais da empresa, entre outros aspetos.

Concluindo, uma vez que o conteúdo do indicador leva a conflitos interpretativos, concretamente “dias perdidos, absentismo”, e uma vez que absentismo define-se para designar as ausências dos trabalhadores no processo de trabalho, seja por falta ou atraso, devido a algum motivo interveniente (justificado ou não justificado). Sugere-se que os supra, sejam alterados para (subdivisão e acréscimo de indicadores): absentismo, sabendo à partida que no estudo dos índices de sinistralidade laboral – LA7, utilizar-se-á o absentismo proveniente de acidentes ao serviço e que no estudo do – LA8, será o absentismo total menos o proveniente da sinistralidade laboral.

Considera-se ainda pertinente, o estudo dos parâmetros seguintes:

- Número de incapacitados em LA8,
- Área de trabalho e faixa etária, devido à existência de atividades/profissões/áreas de trabalho com e sem risco, (é certo referir que a natureza de umas contribui, mais significativamente para o aumento dos parâmetros referidos no presente LA7, do que outras, uma vez que umas são mais expostas ao perigo).

Pelo que se sugere a reformulação seguinte (Figura 12):

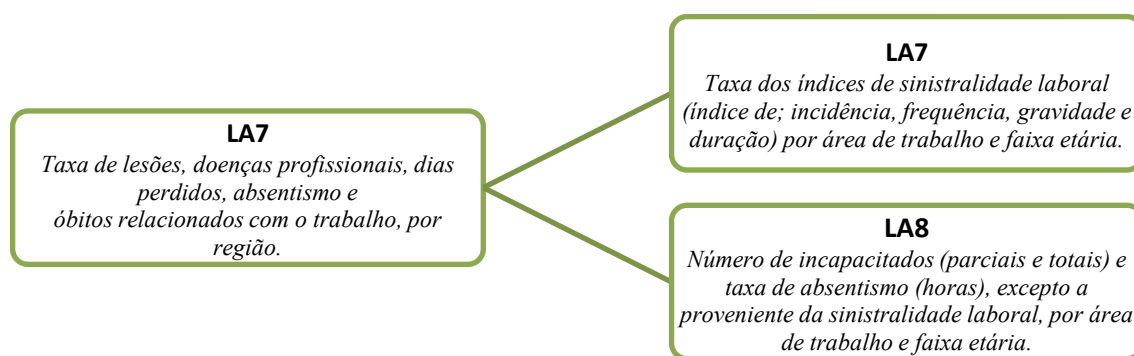


Figura 12 - Reformulação do indicador LA7

Para o efeito observar o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

LA8	<i>Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.</i>
Indicador Essencial	

No cômputo geral todos os grupos respondem ao solicitado no indicador, note-se contudo a existência de reportes não solicitados pela Somague, cuja abordagem se considera pertinente, até porque, a análise dos mesmos, conduziu às alterações dispostas na *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8), a saber:

Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, para garantir assistência:

- à empresa
- aos trabalhadores na generalidade, e para os que laborem em obras com exigências específicas.

As organizações deverão reportar a informação solicitada, por meio de listas/tópicos/matriz (à semelhança do efetuado pela Soares da Costa), e não por texto corrido, uma vez que, este tipo de reporte, não fomenta o entusiasmo do leitor.

Concluindo considera-se que o solicitado, acerca do reporte de, “*Programas em curso (...) aos membros da comunidade afetados por doenças graves*”, não é apropriado para o setor da construção civil, uma vez que, para este tipo de indústria, não se prevêem doenças graves, provenientes de acidentes, desastres danosos, ou outros. Pelo que se sugere a sua retirada, uma vez que o reporte deste tipo de informação é mais admissível para indústrias petrolíferas, nucleares, químicas, etc.

LA9	<i>Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.</i>
Indicador Complementar	

Apenas a Mota-Engil respondeu ao indicador.

Considerando a análise do indicador anterior LA8 e o reportado pela Mota-Engil conclui-se e sugere-se, que se adite na descrição do presente, informação/tópicos relativos à saúde e segurança, abrangidos por protocolos com demais estruturas, para além dos sindicatos, pelo que se sugere o seguinte:

Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com:

- Sindicatos
- Estruturas estatais (SNS, ACT)
- Outras.

Para o efeito consultar a sugestão de alterações apresentadas na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

6.3.1.4 Aspeto – Formação e Educação

LA10	<i>Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.</i>
Indicador Essencial	

Da análise ao reporte efetuado pelos três grupos, constata-se que a Mota-Engil foi a que mais eficazmente o conseguiu, note-se apenas que, utilizam designações diferentes das dispostas do relatório GRI, pelo que deverão uniformizar os vocábulos, por exemplo: trabalhador em vez de colaborador, categoria de funções em vez de grupo profissional, entre outros.

Relativamente às informações dispostas pela Somague constata-se que não é diretamente perceptível a média de horas de formação por trabalhador, é necessário executar operações, matemáticas, com base nos gráficos mostrados, por sua vez estes não são adequados, porque são confusos e como não têm um quadro de apoio tornam-se de difícil interpretação, acresce ainda o facto da coloração das barras verticais apresentadas em ambos os gráficos ser desigual para as mesmas amostras em estudo.

O reporte da Soares da Costa responde quase na totalidade, apontando-se apenas, que a informação, produzida no texto, acerca da média de horas de formação por colaborador, está errada (9,71 horas de formação/colaborador, valor correcto).

Considerando o solicitado no presente indicador, e analisando o indicador seguinte, LA11 (complementar), constata-se que ambos são perfeitamente enquadráveis num único indicador, acresce ainda o facto de retratarem o mesmo aspeto, formação e educação, daí a sugestão seguinte:

Programas para a dinamização e gestão de competências e aprendizagem contínua, que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários existentes e dos novos funcionários, nomeadamente:

- Média de horas de formação técnica (designar quais e apontar as modalidades utilizadas), por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções;
- Inserção de estudantes na vida ativa (apontar planos de estágios por área profissional);
- Discriminar a frequência em seminários/palestras/ colóquios (designar quais), por trabalhadores, por ano e por categoria de funções;
- Reuniões entre colaboradores da mesma área, com partilha de experiências, conhecimentos, reflexão sobre erros e sucessos passados;
- Participação em feiras/exposições;
- Outros.

Para o efeito consultar o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a
Indicador Complementar	continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.

Constata-se que todos os grupos respondem ao indicador, com excepção da Mota-Engil que nada reportou.

Da análise efetuada aos reportes conclui-se, que a disposição de informação por meio de listas/tópicos/matriz (à semelhança do efetuado pela Soares da Costa) e não por texto corrido, proporciona um entendimento mais imediato ao leitor.

Considerando a conclusão do indicador anterior, bem como a não concordância acerca da prioridade e formulação do indicador, sugere-se que o mesmo anteceda e se junte a LA10.

Para o efeito consultar o indicador anteriormente proposto, bem como o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

LA12	<i>Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.</i>
Indicador Complementar	

O grupo Somague apresenta, uma exposição gráfica com dados que suscitam dúvidas. Deste pressuposto derivam-se várias interpretações, a saber: ou a percentagem apresentada no gráfico – Progressão de Carreira, significa que 86% dos colaboradores obtiveram um aumento salarial, ou ascenderam em termos de posição de carreira, ex: arvorado passou a encarregado. Com efeito, quer se tratando de uma situação ou outra, ambas as conclusões são difíceis de acontecer. Outra interpretação que se pode derivar é que, na amostragem tenham considerado o aumento salarial, proveniente da inflação anual do país, o que se for o caso é completamente erróneo, uma vez que faz parte de um desenvolvimento salarial anual imposto pela legislação. De referir ainda que a sua apresentação está incompleta e é de difícil interpretação, uma vez que não existem quadros de apoio, e escrita.

Verifica-se que o grupo Mota-Engil e Soares da Costa não reportaram qualquer tipo de informação.

Analisando o solicitado no presente indicador, sugere-se a alteração seguinte:

Programas para a gestão/progressão de carreiras. Percentagem do desenvolvimento de carreira por trabalhador, de acordo com o definido no programa adotado pela empresa.

Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

6.3.1.5 Aspeto – Diversidade e Igualdade de Oportunidades

LA13	<i>Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.</i>
Indicador Essencial	

Apesar de todos os grupos referenciarem no seu índice o reporte do presente indicador, constatou-se, pela análise dos relatórios de sustentabilidade, que nenhuma das empresas o concretizou.

A título conclusivo, considera-se que o articulado do presente indicador está mal formulado, uma vez que requer informação previamente fornecida em LA1 e LA2, não

obstante a presente crítica, acresce o facto de solicitar informação - género, que atenta à Indústria da Construção Civil, não possui representatividade comparável (uma vez que, como é natural, existe um claro predomínio de trabalhadores do sexo masculino), pelo que se sugere, que se reporte o seguinte, tendo em conta o aspeto - Diversidade e Igualdade de Oportunidades:

Disposição de trabalhadores por categoria, de acordo com as minorias e outros indicadores de diversidade:

- Nacionalidade,
- Pessoa especial²²,
- E outros indicadores de diversidade.

Para o efeito, consultar a reformulação do indicador, de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 8).

LA14	<i>Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.</i>
Indicador Essencial	

O reporte apresentado pela Mota-Engil apresenta algumas gafes concretamente, a ausência da análise do género masculino, nos quadros superiores, e a troca entre a proporção dos géneros. A Somague reporta na íntegra o solicitado e faz ainda uma comparação com anos transatos (2 anos), que se considera ser excessiva tornando o gráfico muito denso, julga-se mais eficaz a referência apenas ao último ano transato. A Soares da Costa não reporta qualquer tipo de informação.

6.3.2 Indicadores de Desempenho referentes aos Direitos Humanos

6.3.2.1 Aspeto – Práticas de Investimento e Aquisições

HRI	<i>Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.</i>
Indicador Essencial	

Apesar da Mota-Engil não apresentar qualquer reporte acerca do presente indicador, declara o seguinte, acerca do aspeto - Práticas de Investimento e de Aquisições, em

²² Até bem recentemente, o termo “deficiente” era vulgarmente aplicado a pessoas portadoras de deficiência(s). Porém, esta expressão embarga consigo uma forte carga negativa depreciativa da pessoa, pelo que foi, ao longo dos anos, cada vez mais rejeitada pelos especialistas da área e, em especial, pelos próprios portadores. Atualmente, a palavra é considerada como inadequada e estimuladora do preconceito a respeito do valor integral da pessoa. Deste modo, a substituí-la surge a expressão: “pessoa especial”.

estudo: “O Grupo Mota-Engil respeita e promove os Direitos Humanos em todos os contextos culturais, sócio-económicos e geografias onde opera. Tal comportamento é naturalmente extensivo às práticas do Grupo, quer em matéria de política de investimentos, quer na gestão da cadeia de fornecimento, (...).”

Por seu turno a Somague declara, no índice, que: “Em 2008 não foi efetuado nenhum novo investimento significativo, continuando a Somague a operar nos mesmos países que em 2007, prosseguindo com a monitorização dos contratos que tem em curso, incluindo em matéria de direitos humanos.”

A Soares da Costa não reporta qualquer tipo de informação.

Analisando o solicitado no presente indicador a par dos reportes efetuados pelos dois grupos, conclui-se acerca da necessidade de alterar o indicador quanto à sua formulação e âmbito, na medida em que, existe uma redundância ao questionar acerca da *percentagem e número total de contratos de investimento (...)*, ou seja, deverá optar-se apenas pela percentagem ou número, pelo que se sugere que se opte pelo número total de contratos de investimento.

Por outro lado interessa não só definir, um padrão quanto à *significância de investimento* nos contratos (a empresa deverá divulgar a sua definição de contratos importantes = contratos de investimento significativos), como caracterizar/diferenciar quanto à sua tipologia (fornecedores, subempreiteiros, prestadores de serviços, concessões).

Do disposto sugere-se a seguinte alteração ao indicador em estudo:

Número total de contratos de investimento significativos, por tipologia que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.

Para o efeito, consultar a reformulação do indicador, de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.
Indicador Essencial	

Ambos os grupos Mota-Engil e Somague, são omissos quanto ao seu empenhamento no aspeto - direitos humanos, no processo de procura no mercado de fornecedores/contratados/subcontratados. De referir, ainda acerca do reporte da Somague

que, apesar deste não refletir, no seu todo, o solicitado, considera-se interessante a inclusão da produção própria, juntamente com os demais conteúdos do indicador. Pelo que, a empresa deverá materializar o indicador, por meio de gráficos, que estudem o percentual entre produção própria, fornecedores e empresas contratadas, e incluir junto do seu contexto uma descrição dos critérios relativos à avaliação de direitos humanos.

Considera-se ainda, que a referência a principais fornecedores e empresas contratadas, é errada uma vez que, na grande maioria das vezes, o trabalho/fornecimento proveniente de empresas/fornecedores pouco visíveis, é sinónimo de precariedade/ilegalidades relativas aos direitos humanos entre outros aspetos, observe-se a reportagem²³ infra, que apesar de não retratar a atividade da construção civil serve como exemplo, em que apesar do cliente final ser bem conhecido e possuir um código próprio, relativo aos direitos humanos, vê-se envolvido numa teia de total desrespeito pelos mesmos. Pelo que, se considera que as avaliações relativas a direitos humanos, deverão ser transversais a todos os fornecedores e empresas contratadas.

Pelo que se sugere a alteração seguinte:

Percentagem da produção própria, fornecedores e empresas contratadas, e incluir junto desta amostragem os critérios relativos à avaliação de direitos humanos.

Para o efeito, consultar a reformulação do indicador, de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

HR3	<i>Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.</i>
Indicador Complementar	

A Somague foi a única empresa que evidenciou alguma informação escrita acerca do presente indicador.

²³ A título exemplificativo observe-se a seguinte recolha bibliográfica que clarifica a crítica efetuada em HR2.

“Em 2006, o “Expresso” denunciou a situação de várias crianças na região de Felgueiras que costuravam sapatos à mão para uma empresa subcontratada pela Inditex, tendo mesmo apontado o caso de dois irmãos, de 11 e 14 anos, que cosiam sapatos da Zara a troco de 40 cêntimos por par. Na sequência dessa denúncia, a Inditex desencadeou uma investigação que culminou com a rescisão do contrato que mantinha com aquela empresa.

E não foi caso único. Só em 2006, cerca de 300 empresas, algumas das quais portuguesas, foram dispensadas pela Inditex por violarem o código de conduta a que estão obrigados todos os fabricantes e fornecedores externos do grupo galego, que detém ainda marcas como a Pull and Bear, Massimo Dutti e Stradivarius. O referido código estabelece que a Inditex não patuara com nenhuma forma de trabalho infantil e que em nenhum caso manterá relações comerciais com empresas que recorram ao castigo físico, assédio ou qualquer outro tipo de abuso de poder.”

fonte:

http://www.publico.pt/Sociedade/confeccao-que-produz-para-a-zara-acusada-de-explorar-maodeobra-infantil_1336002 (22/10/2010)

Em jeito de conclusão e atendendo que educar é formar as pessoas para que saibam entrar em relação com o mundo dotadas de conhecimentos a diversos níveis (trabalho, família, sociedade, etc.), é expectável que nas ações de formação das empresas, sejam contemplados diversos aspetos – higiene e segurança, ambiente, direitos humanos, entre outros sendo que estes deverão ser sempre premissa obrigatória.

Do disposto e atendendo, que no documento *G3: Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*, já se encontra contemplado o indicador LA10, que orienta o estudo do reporte para informações relativas às práticas laborais e trabalho condigno - formação e educação, considera-se que apesar do indicador HR3, ser um indicador complementar o mesmo não faz sentido, pelo que se sugere o seu suprimento.

Para o efeito, consultar a reformulação do indicador, de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

6.3.2.2 Aspeto – Não-discriminação

HR4	
Indicador Essencial	Número total de casos de discriminação e ações tomadas.
A Somague refere que “Durante o ano de 2008 a Somague não teve conhecimento da existência de nenhum incidente de discriminação ocorrido na empresa.” Por sua vez a Soares da Costa refere “(...)Embora não tenha em consideração qualquer factor de discriminação no recrutamento e seleção de colaboradores, referente à nacionalidade, género, religião ou outros indicadores de minorias, a empresa dispõe de uma Política de Igualdade e Diversidade de Oportunidades que repudia este e qualquer outro tipo de discriminação. (...)”. A Mota-Engil não reportou.	

Da análise às informações anteriormente descritas conclui-se, que o texto do indicador deverá ser reformulado, para que os entendimentos não divirjam, uma vez que a Soares da Costa entendeu de forma completamente díspar da Somague. Pelo que se sugere a reformulação seguinte:

Número total de casos de discriminação, com trabalhadores da empresa e externos e ações tomadas.

Para o efeito consultar o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

6.3.2.3 *Aspetto – Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva*

HR5	<i>Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.</i>
Indicador Essencial	

Não obstante a ausência de reporte por parte dos grupos em estudo, nada há a criticar ou a sugerir.

6.3.2.4 *Aspetto – Trabalho Infantil*

HR6	<i>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.</i>
Indicador Essencial	

Nenhum dos grupos reportou o presente indicador.

A título conclusivo considera-se, que o articulado do mesmo, está mal formulado, na medida em que, quando refere “*Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, (...)*” conduz a empresa, a ter consciência de que o risco existe, mas apenas a assumir uma posição quando ele é muito significativo. O que se afigura num articulado totalmente desadequado.

Desta interpretação deriva-se ainda, que de facto todos os riscos são passíveis de acontecer, no entanto as empresas deverão intervir, quer a montante quer no decurso da sua atividade, para que a existência destes casos não se torne significativa – (este indicador consubstancia-se, com os critérios (escritos) designados em HR2). A aditar à presente crítica acresce, que o indicador deverá contemplar no seu articulado – as medidas adotadas por país, por se tratar de um risco, que não só está associado ao setor de atividade em si, como também à realidade de determinados países (subdesenvolvidos), e como no setor da construção as empresas podem executar a sua atividade em qualquer país, é pertinente associar este indicador com os mesmos. Pelo que se sugere a reformulação seguinte:

Medidas implementadas (a montante e no decurso, das diversas atividades) por, país que contribuam para a eliminação do risco de trabalho infantil.

Para o efeito consultar o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

6.3.2.5 *Aspeto – Trabalho Forçado e Escravo*

HR7	<i>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.</i>
Indicador Essencial	

Nenhum dos grupos reportou o presente indicador.

Concluindo, reitera-se a posição enunciada na conclusão do indicador anterior (HR6), com as correspondentes adaptações, a saber:

Medidas implementadas (a montante e no decurso, das diversas atividades) por, país que contribuam para a eliminação do risco de trabalho forçado ou escravo.

Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

6.3.2.6 *Aspeto – Práticas de Segurança*

HR8	<i>Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.</i>
Indicador Complementar	

A Somague declara no seu índice que “*não possui pessoal próprio de segurança, pelo que recorre à subcontratação destes serviços. Conforme já referido é prática da Somague incluir os colaboradores de prestadores de serviços nas ações de formação desenvolvidas pela empresa.*” A Mota-Engil e Soares da Costa, não reportaram.

Considera-se que o conteúdo do presente indicador, já foi estudado em HR3, pelo que se sugere a sua eliminação. Assim sendo, o indicador HR9, toma a numeração do presente. Para o efeito consultar o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

6.3.2.7 *Aspeto – Direitos dos Povos Indígenas*

HR9	<i>Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.</i>
Indicador Complementar	

A Somague declara no seu índice que “*Não obstante na atividade da Somague a nível nacional este indicador não se considera aplicável, em países onde a Somague opera nos quais não existe enquadramento legal para estas temática, são desenvolvidas as mesmas medidas exercidas em Portugal. Durante o ano de 2008, no que se refere ao âmbito deste Relatório, a Somague não tem conhecimento da existência de nenhum incidente*

relacionado com a violação dos direitos dos povos indígenas.” A Mota-Engil e Soares da Costa, não reportaram.

De acordo com descrito na conclusão do indicador anterior (HR8), o presente HR9 passa a designar-se HR7, uma vez que também se sugeriu a supressão de HR3.

Para o efeito consultar o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 9).

6.3.3 Indicadores de Desempenho Social referente à Sociedade

6.3.3.1 Aspeto – Comunidade

SO1	<i>Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.</i>
Indicador Essencial	

A Mota-Engil declara no seu índice que “(...) *privilegia de forma muito particular o seu relacionamento com as comunidades locais, avaliando regularmente os impactos ambientais e sociais provocados pelas suas atividades.*”, não obstante a presente afirmação a mesma cai no vazio, na medida em que não informa/explica, acerca do programa/práticas de avaliação que utilizou/mantém em decurso e não concretiza exemplos de avaliação, no antes, durante e após instalação/operação/retirada, etc.. A Somague por seu turno materializa exemplos concretos de programas implementados bem como o controlo dos impactos, das operações, no momento da sua instalação/retirada e durante a operação.

A Soares da Costa, não reportou.

6.3.3.2 Aspeto – Corrupção

SO2	<i>Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.</i>
Indicador Essencial	

É possível verificar, que o tipo de informação sobre o combate à corrupção mais divulgado pelos grupos, reveste a forma de uma declaração a atestar o seu compromisso relativamente a este aspeto. Na maior parte dos casos, trata-se de informação sobre a existência de um código de conduta ou de ética que aborda a questão, exemplo disso é o relatório da Soares da Costa, a qual afirma que é no seu Código de Conduta Empresarial que: “*os colaboradores da Empresa podem encontrar as linhas de orientação para a sua*

atividade profissional, em temas como a segurança ou a conduta ética e transparente. Os princípios consagrados neste código de conduta repudiam quaisquer casos de conduta imprópria, incluindo práticas e ações relacionadas com casos de corrupção.”

Considera-se que um dos factores, que pode ter levado as empresas a não materializar o reporte do presente indicador, é o facto das mesmas se poderem sentir pouco confortáveis com esta divulgação – corrupção (através do estudo dos diversos indicadores – SO2, SO3 e SO4), uma vez que os estudos desta natureza podem mostrar factos pouco lícitos e gerar suspeitas de problemas, e originar o desinteresse dos *stakeholders*. Contudo e uma vez que tal aspeto está contemplado no relatório de diretrizes da GRI, deverão informar acerca do mesmo.

SO3

Indicador Essencial

Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.

Relativamente ao presente indicador a Somague e a Soares da Costa informam respectivamente o seguinte:

“As ações de formação relativas à gestão do risco e ao Código de Ética e Conduta, incluíram esta temática e, numa primeira fase, destinaram-se à Administração e responsáveis de área, correspondendo a uma percentagem de 5% do universo total de colaboradores.”

“É neste código que os colaboradores da Empresa podem encontrar as linhas de orientação para a sua atividade profissional, em temas como a segurança ou a conduta ética e transparente. Os princípios consagrados neste código de conduta repudiam quaisquer casos de conduta imprópria, incluindo práticas e ações relacionadas com casos de corrupção. Este documento foi divulgado internamente a todos os colaboradores da Empresa e é aplicável a qualquer unidade geográfica onde a Empresa opere, não se tendo conhecimento em 2008 qualquer inconformidade relativa à sua aplicação.”

A Mota-Engil, não reportou.

Acerca do reporte prestado pela Somague conclui-se, que:

- o mesmo não permite ao leitor aferir acerca da representatividade dos 5%;
- a expressão “numa primeira fase, destinaram-se à Administração e responsáveis de área”, se por um lado esclarece o leitor, que as premissas da empresa relativamente a este

aspecto, são primeiramente transmitidas aos órgãos de chefia por outro, leva o leitor a subentender que também serão transversais ao restante universo total de colaboradores, no entanto não esclarece acerca dos *timings* previstos, para as correspondentes ações de formação. Pelo que se sugere, que o reporte do presente indicador se efetue, de acordo com os critérios abaixo enunciados, a saber:

- Construção de tabela/gráfico, através do qual se evidencie o número total de colaboradores (e percentagem), por categoria profissional;
- Finalmente recorrer igualmente a tabela/gráfico ou a articulados/expressões escritas, que explicitem os timings/periodicidade das ações de formação, e a forma utilizada na exposição deste indicador – formação presencial, e-learning, b-learning, etc.

Acerca do reporte prestado pela Soares da Costa, apesar da empresa afirmar que o documento foi divulgado a todos os colaboradores, não informa acerca da forma e timings de divulgação. Pelo que se sugere igualmente o reporte de acordo com critérios acima enunciados.

SO4	
Indicador Essencial	<i>Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.</i>

Todas as empresas reportaram eficazmente o presente indicador.

6.3.3.3 *Aspeto – Políticas Públicas*

SO5	
Indicador Essencial	<i>Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.</i>

A Mota-Engil e a Soares da Costa reportaram eficazmente o presente indicador, a Somague não reportou.

SO6	
Indicador Complementar	<i>Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.</i>

A Mota-Engil e a Soares da Costa reportaram eficazmente, o presente indicador, a Somague não reportou.

6.3.3.4 *Aspeto – Concorrência Desleal*

SO7	
Indicador Complementar	<i>Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.</i>

Apenas a Somague reportou, a saber: “Durante o ano de 2008, a Somague não esteve envolvida em qualquer ação judicial neste âmbito.”

Em jeito de súmula, apesar de se concordar com o estudo do conteúdo do indicador considera-se, que o seu articulado está mal formulado na medida em que, sendo o setor da construção civil uma atividade com especificidades próprias, caracterizada por uma grande diversidade de intervenientes desde – a procura, a conceção, produção, até ao produto final²⁴. Considera-se, que devem existir mecanismos de seleção e controlo, aquando do início do processo construtivo, de forma a banir a concorrência desleal, que a maior parte das vezes é incentivada pelos demais, que não a própria, provocando prejuízos na empresa, como também na economia do País.

Outro ponto de vista a retirar acerca da formulação do indicador, é o facto de que, a forma como o mesmo está expresso subentende-se que existem ilícitos e “obriga” as empresas a elencar os mesmos. Pelo que se conclui, que não é um indicador proactivo, na medida em que não apresenta medidas operatórias de combate ao aspeto em estudo.

Pelo que se sugere a reformulação do indicador, com o articulado seguinte:

Condicionantes à seleção de subempreiteiros, trabalhadores independentes, fornecedores de materiais e equipamentos de trabalho, tendo em conta a concorrência desleal, *antitrust* e práticas de monopólio.

Sendo o setor da construção, uma atividade propicia à concorrência desleal, quer pela diversidade dos intervenientes afectos, quer pela natureza da atividade, uma vez que existem uma série de requisitos legais a cumprir, para operar no setor nomeadamente, a obrigatoriedade de possuir credenciais próprias de laboração (Alvarás de Construção, Título de Registo, ...), considera-se um indicador, de conteúdo bastante relevante e como tal deverá ser entendido como essencial e não complementar.

Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 10).

²⁴ De clientes, com uma procura que vai do Estado ou das Autarquias ao particular que pretende auto-construir, das grandes empresas multinacionais aos pequenos promotores tradicionais; de projetos, onde cada obra apresenta, geralmente, características diferentes, o que dificulta o desenvolvimento de produtos e processos de fabrico standardizados; de produtos, que cobrem tanto a habitação tradicional como obras mais complexas, por exemplo, estradas, edifícios inteligentes ou barragens; de operações produtivas, onde o produto final resulta da interação entre várias especialidades com graus diferenciados de exigência e tecnologia; de tecnologias, em resultado da intervenção numa empreitada de diversas especialidades e da coexistência de tecnologias de produção novas com as antigas; de unidades produtivas, em que empresas com grandes meios e capacidades e tecnologicamente evoluídas laboram a par de empresas com um aproveitamento limitado das tecnologias disponíveis e com utilização abundante do factor mão-de-obra.

6.3.3.5 *Aspeto – Conformidade*

SO8	<i>Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.</i>
Indicador Essencial	

Apenas a Somague informou acerca das coimas aplicadas e correspondentes montantes.

A título conclusivo considera-se que para além, do presente indicador ser uma repetição de um já anteriormente citado e estudado, concretamente - EN28, é solicitada informação que não se enquadra no âmbito do Desempenho Social, pelo que o seu articulado deverá ser adaptado ao âmbito em estudo, nomeadamente:

- Deverá enfatizar coimas/sanções/etc. nos aspetos relativos à sociedade fielmente elencadas por tipologia e ilícito (respectivamente ex: suborno/corrupção, fiscais, destruição/... património histórico etc. e coimas, sanções, autos, processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem etc.);
- Desajustada a consideração aos “*montantes das coimas significativas*”, na medida em que tal condicionante (significativas) não deve substituir-se ao reporte daquelas com significância diminuta, em bom rigor, quase sempre, o somatório dessas pequenas coimas/incumprimentos, revela maior expressão que as designadas significativas.

Das críticas enunciadas sugere-se a reformulação do indicador, de acordo com o articulado seguinte:

Montantes das coimas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos sociais, discriminados por tipologia e ilícito.

Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 10).

6.3.4 Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade do Produto

6.3.4.1 *Aspeto – Saúde e Segurança do Cliente*

PR1	<i>Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.</i>
Indicador Essencial	

Apenas a Somague se aproximou do solicitado no presente indicador.

Apesar de se concordar com o conteúdo do presente indicador, considera-se imperativa a sua reformulação, em virtude do articulado se tornar confuso de entender.

Analizando - *Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias* -, afere-se ao seguinte: dependendo do *produto/serviço*²⁵ a conceber/prestar (uma empresa de construção civil, pode estar habilitada cumulativamente a projetar (execução de projeto) e a produzir (execução/manutenção de obra)), as exigências de avaliação, acerca dos impactes de saúde e segurança terão de ser diferentes, pois está-se perante ciclos de obra completamente diferentes e distintos., pelo que se considera pertinente o articulado inicial do indicador.

Contudo relativamente ao restante articulado - *bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos* -, existem duas interpretações a retirar. Se por um lado todos os produtos/serviços deverão obrigatoriamente ser sujeitos a tais procedimentos (principalmente os novos), porque a legislação vigente assim o exige, dependendo do tema a verificar (térmica, acústica, estaleiros temporários ou móveis, etc.), por outro nem para todos os produtos/serviços se justificam tais procedimentos.

A título exemplificativo observem-se os seguintes exemplos:

- 1.º) Execução de um projeto de obra, implica obrigatoriamente verificar a conformidade do mesmo em diversas temáticas/especialidades (térmica, acústica, estaleiros temporários ou móveis, etc.), e dar início ao fornecimento de elementos, para efeitos de desenvolvimento futuro da Compilação Técnica (CT) iniciado em projeto,
- 2.º) Execução de uma obra/empreitada, implica obrigatoriamente o cumprimento dos elementos de projeto e o desenvolvimento da CT iniciada em projeto,
- 3.º) Prestação de serviços - assegurar a manutenção de um determinado edifício, para este tipo de produto/serviço nem sempre há lugar ao desenvolvimento da CT ex: tapar um buraco, mas se por exemplo se se tratar da pintura do hall de entrada do edifício, é imperativo fornecer os dados técnicos dessa pintura ao condomínio, para a CT (uma vez que a limpeza/manutenção futura pode influir na saúde e segurança do cliente, etc.).

²⁵ Conceção/ Construção de Edifícios residenciais, edifícios não residenciais, engenharia civil e reabilitação/ manutenção.

Da análise anterior sugere-se a reformulação do indicador, de acordo com o articulado seguinte:

Para os diferentes produtos ou serviços prestados, indique/liste as avaliações de impactes efetuadas em termos de saúde e segurança (não só pelas imposições legais vigentes, como também com o objetivo de efetuar melhorias a estes, por iniciativa da empresa (códigos voluntários)), e defina a percentagem dessas avaliações.

Para o efeito consultar o disposto na - Súmula das alterações propostas (Tabela 11).

PR2	<i>Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.</i>
Indicador Complementar	

Apenas a Mota-Engil refere “*Não existiram, em 2008, quaisquer casos de não-conformidade nestas matérias nem quaisquer penalizações associadas, sejam de carácter pecuniário ou outro.*” Os restantes grupos Somague e Soares da Costa não reportaram qualquer tipo de informação.

Da definição de ciclo de vida²⁶, deriva-se que, para o setor da construção existem:

- estágios próprios para o ciclo de vida dos produtos/serviços²⁷;
- os prazos de duração desses estágios diferem consoante o produto/serviço, uma vez que cada obra tem uma cronologia própria (programa de trabalhos) dependendo do concurso;
- existem estágios não alcançáveis à empresa, relativamente à avaliação pedida (não-conformidades), uma vez que o produto/serviço, deixou de estar sob garantia da mesma.

Deste modo importa reformular a narrativa do indicador, pelo que se sugere o seguinte:

Refira o número total de acidentes²⁸ e incidentes²⁹ resultantes de não-conformidades:

- com os regulamentos, e códigos voluntários;

²⁶ Ciclo de vida – refere-se à maioria das atividades no decurso da vida do produto desde a sua fabricação, utilização, manutenção, e deposição final; incluindo aquisição de matéria-prima necessária para a fabricação do produto.

²⁷ Conceção/ Construção de Edifícios residenciais, edifícios não residenciais, engenharia civil (pontes, barragens, etc.) e reabilitação/ manutenção.

²⁸ Acidente → um acidente resulta de acontecimento não previsível, que pode levar a consequências graves para o Homem ou para a organização.

²⁹ Incidente → um incidente resulta de um acontecimento não previsível, mas como é detectado a tempo não resulta num acidente, não tem consequências graves, pode levar a investigação por ter ocorrido.

- por tipo de resultado (multa ou penalidade, advertência, outros), relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida.

A título exemplificativo considere o seguinte ciclo de vida para uma obra/produto/contrato de construção:

- Aquisição de matérias-primas (incluindo; a “puxada” de água/luz/outros, espaço para estaleiro, entre outros);
- Ato de construir;
- Utilização da construção (durante o prazo de garantia 5 anos (setor da construção), uma vez que findo este tempo a empresa deixa de ter contato/relação com a mesma;
- Manutenção, sendo que este estágio está sempre interligado com o anterior;
- Estado final da construção.

Obs: De acordo com os diferentes produtos/serviços, do setor da construção, os estágios anteriormente citados deverão ser adaptados. À semelhança do que acontece com o setor da construção, também o setor farmacêutico/laboratórios (entre outros) a partir de determinado estágio deixa de ter contato com o produto (medicamento), mas indica ao doente, no folheto informativo do mesmo, que caso este observe a ocorrência de qualquer efeito indesejável não mencionado no folheto, o comunique ao médico ou ao farmacêutico, para que posteriormente se efetuem as diligências necessárias.

Pretende-se com este exemplo, estender esta intenção ao setor da construção, com a devida consciência de que um produto está diretamente ligado com a saúde do utilizador, enquanto que o outro está indiretamente ligado. Deste pressuposto sugere-se que para o caso das obras particulares figure na designada – Ficha de Habitação, semelhante articulado (com a comunicação de anomalias à autarquia local onde está implantado o imóvel), e para o caso de obras públicas – Compilação Técnica (com a comunicação de anomalias ao proprietário do imóvel).

Por último refere-se que se considera um indicador importante uma vez que a par do aspeto em causa - *Saúde e Segurança do Cliente*, cada vez mais o cliente deverá ter uma postura proativa de crítica, pois só assim os produtores poderão ficar a conhecer novas situações

até então camufladas, uma vez que a partir de determinado ciclo de vida do seu produto deixam de ter contato com o mesmo, através deste ato os utilizadores conferem ao produtor a oportunidade de futuramente agir, de forma a superar as não-conformidades identificadas. Pelo que deverá ser tido como um indicador essencial.

Do disposto sugere-se a alteração seguinte:

Refira o número total de acidentes e incidentes resultantes de não-conformidades com os regulamentos, e códigos voluntários. Por tipo de resultado (multa ou penalidade, advertência, outros), relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida considerado.

Para o efeito consultar a correspondente reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 11).

6.3.4.2 *Aspeto – Rotulagem de Produtos e Serviços*

PR3	<i>Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.</i>
Indicador Essencial	

Apesar da Mota-Engil afirmar que providencia todas as informações em matéria de rotulagem quando exigidas, não materializa o indicador, ou seja:

- não informa quais os produtos alvo de rotulagem;
- não informa acerca do tipo de informação constante na rotulagem (estudo da conformidade com certos tipos de regulamentos e códigos (tais como a legislação nacional ou as diretrizes da OCDE para empresas multinacionais);
- não concretiza a dispersão percentual dos produtos e serviços sujeitos a tais requisitos.

Por sua vez a Somague refere que o presente indicador é não aplicável, dada a natureza dos produtos e serviços fornecidos, no entanto discorda-se de tal afirmação uma vez que sendo a rotulagem por definição, independentemente do produto em causa (alimentar, cosmético, componentes diversos, etc.) a ferramenta que permite ao comprador/consumidor aferir a uma série de informações que irão influir na sua opção de escolha e a utilizar o produto da forma mais correcta (conservação e consumo), entende-se que todos os produtos, hoje em dia contêm rótulo, inclusive os do setor da construção civil, materializado por exemplo pelas designadas - Fichas da habitação, Certificados Energéticos, etc.

A Soares da Costa não reportou.

PR4	<i>Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.</i>
Indicador Complementar	

A Mota-Engil e Somague informam respectivamente o seguinte; *“Não existiram, em 2008, quaisquer casos de não-conformidade nestas matérias nem quaisquer penalizações associadas, sejam de carácter pecuniário ou outro.”*; *“Dada a natureza dos produtos e serviços fornecidos pela Somague, este indicador considerou-se não aplicável.”*

A Soares da Costa não reportou.

Concluindo, considera-se que o presente indicador é importante, uma vez que as averiguações, resultantes da ocorrência de determinados acidentes ou incidentes, podem concluir que os mesmos aconteceram em virtude de não-conformidades existentes na rotulagem dos produtos/serviços.

A título exemplificativo observem-se as seguintes situações susceptíveis de acontecer:

1) Erros na Ficha de habitação (rótulo do produto), nomeadamente ao nível da indicação do tipo de material da tubagem do gás.

Acidente: Aquando da manutenção desta infra-estrutura, o morador indicou as informações (erradas) constantes na ficha da habitação ao prestador de serviços, para que o mesmo adquirisse o material necessário para a efectivação da mesma.

Conclusão: O prestador de serviços, quando confrontado com a infra-estrutura a conservar, deparou-se com um tipo de material diferente do transmitido.

2) Ausência de informação na Ficha de habitação (rótulo do produto), acerca do material de revestimento do pavimento da sala e quarto (alcatifa...).

Acidente: Agravamento da doença inflamatória crónica - asma do morador, em virtude de conviver diariamente com este tipo material.

Conclusão: Para se tratar a asma, a pessoa deve ter certos cuidados no ambiente que diariamente vivencia, principalmente na sua casa e no trabalho, além de usar medicações e manter consultas médicas regulares. Apesar do morador estar consciente destas premissas relativas à sua doença, em virtude de na data da aquisição da sua habitação, não lhe terem sido fornecidas tais informações, acabou por se auto prejudicar.

Dos exemplos supra discriminados e a par com a conclusão dada em PR2, considera-se que o presente indicador deverá ser tido como um indicador essencial. Do disposto sugere-

se que o reporte do presente indicador se efetue, de acordo com os critérios dispostos na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 11).

PR5	<i>Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.</i>
Indicador Complementar	

A Mota-Engil informa que afere à satisfação dos seus clientes através do envio de inquéritos, contudo é omissa relativamente à medição desses resultados, por seu turno a Soares da Costa reporta na perfeição a medição desses resultados “(...) *De uma forma geral (embora existam diferentes escalas de avaliação para a Sociedade de Construções Soares da Costa e para a Contato Sociedade de Construções), o nível de satisfação situa-se acima dos 75%.*” e informa acerca das ferramentas que utiliza para chegar aos mesmos “(...) *Esta avaliação é feita através de questionários periódicos de satisfação dos clientes, em três fases distintas do processo: orçamentação/proposta, execução e garantia.*(...)”

A Somague informa acerca de como procede ao tratamento dos dados, relativos à satisfação do cliente em cada processo do ciclo de negócios de forma a melhorar o seu desempenho futuro, no entanto não informa o leitor acerca das ferramentas utilizadas.

Para concluir e considerando os dados reportados pelos grupos em estudo, e atendendo aos diversos/diferentes ciclos de vida dos produtos do setor da construção civil considera-se interessante a reformulação do articulado do indicador em análise, de acordo com o seguinte:

Listagem das ferramentas/procedimentos utilizadas(os) para averiguar da satisfação do cliente, considerados nos diferentes ciclos de vida do produto, incluindo os resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente nos diversos ciclos.

De referir ainda que se considera o estudo deste indicador, uma ferramenta fundamental para averiguar do sucesso da empresa, e por tal facto deve ser entendido como essencial.

Do disposto sugere-se que o reporte do presente indicador se efetue, de acordo com os critérios dispostos na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 11).

6.3.4.3 Aspeto – Comunicações de Marketing

PR6	<i>Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.</i>
Indicador Essencial	

Constata-se que nenhum grupo reportou o indicador.

Contudo, e em jeito de conclusão, critica-se o presente indicador, quanto à sua formulação, pelo que se sugere a sua alteração³⁰, de acordo com o seguinte:

Listar comunicações de marketing (publicidade, promoção e patrocínio), e as metodologias/estudos publicitários efetuados, para averiguar da eficácia publicitária, antes durante e após as mesmas (dispersão temporal).

Obs: Entenda-se que a averiguação da eficácia publicitária deverá contemplar, nomeadamente o estudo dos seguintes parâmetros entre outros:

- A recordação de publicidade em todos os momentos que não só durante o período de campanha;
- O montante investido na televisão/internet/outros;
- Os *ratings* obtidos na televisão/outros;
- Os incidentes resultantes da não-conformidade com as leis, normas, regulamentos e códigos voluntários (PR7).

Do disposto sugere-se ainda, que o indicador PR7 figure em PR6, pelo que se sugere o seu suprimimento.

PR7	<i>Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.</i>
Indicador Complementar	

O reporte da Mota-Engil e Somague não possui qualquer relevância. A Soares da Costa não reportou.

De acordo com crítica efetuada na conclusão do indicador anterior, sugere-se o suprimimento do presente PR7, uma vez que este estudo será abarcado em PR6. Para o efeito consultar a reformulação disposta na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 11).

³⁰ A presente sugestão surge da interpretação retirada do texto existente <http://www.piniweb.com.br/construcao/noticias/mkt-na-construcao-civil---sandra-pires-de-almeida-85925-1.asp> (07/05/2011), acerca do Mercado Imobiliário.

6.3.4.4 *Aspetto – Privacidade do Cliente*

PR8	<i>Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de Clientes.</i>
Indicador Complementar	

A Mota-Engil e Somague referem que não tiveram até à data quaisquer reclamações a registar a este título. A Soares da Costa não reportou.

6.3.4.5 *Aspetto – Conformidade*

PR9	<i>Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.</i>
Indicador Essencial	

A Mota-Engil e Somague informam acerca dos seus incumprimentos legais e o correspondente montante das coimas aplicadas. A Soares da Costa não reportou.

Considera-se, que o articulado do presente indicador, está mal formulado relativamente a dois factores.

A respeito do articulado do presente indicador, considera-se desajustada a consideração aos “*montantes das coimas significativas*”, na medida em que tal condicionante (significativas) não deve substituir-se ao reporte daquelas com significância diminuta, em bom rigor, quase sempre, o somatório dessas pequenas coimas/incumprimentos, revela maior expressão, pelo que se deverão considerar todas. Por outro lado quando refere “*(...) incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.*” conduz a empresa, a reportar factos (incumprimentos) relativos ao *fornecimento e utilização* dos produtos/serviços que fabrica/efetua, no entanto, e reiterando as críticas que têm sido apresentadas ao longo do presente trabalho, o setor da construção é um setor com especificidades muito próprias, e que não trata da fabricação em série de um determinado produto, até porque traduzindo “à letra” o reportado pela Mota-Engil e Somague conclui-se que, não é o solicitado no indicador uma vez que as empresas elencam inconformidades relativas a situações resultantes aquando do ato de construir e não propriamente relativas ao fornecimento/utilização do seu produto/serviço. Pelo que se sugere a adequação do articulado, para o setor da construção, de acordo com o seguinte:

Montante das coimas por incumprimento de leis e regulamentos relativos aos produtos e serviços.

Obs: Entenda-se que as inconformidades, deverão ser relativas:

- A situações acessórias do ato de construir (ex: multas relativas a critérios ambientais, acústicos, higiene e segurança ...);
- Produto/serviços final (ex: defeitos de construção, declarações falsas ...);

Para o efeito consultar a reformulação do indicador de acordo com o disposto na - *Súmula das alterações propostas* (Tabela 11).

6.3.5 Súmula das alterações propostas

Após esta análise, e tal como foi elaborado nos indicadores económicos e ambientais, segue-se agora um resumo que sintetiza as alterações, caso existam, efetuadas a cada indicador, tendo em conta a versão existente da GRI (Tabelas 8, 9, 10, e 11).

Tabela 8 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social - Práticas Laborais

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007			Proposta do Indicador GRI	Observações
EMPREGO	Essencial	LA1 <i>Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.</i>	Essencial	Essencial	LA1 <i>Discrimine a mão-de-obra total, por:</i> - grupo profissional, - contrato de trabalho, - faixa etária, - género, - região.	Reformulação do indicador.
	Essencial	LA2 <i>Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.</i>	Essencial	Essencial	LA2 <i>Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por empreitada e região.</i>	Reformulação do indicador.
	Complementar	LA3 <i>Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.</i>	Complementar	Complementar	LA3 <i>Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.</i>	Mantém-se a designação.
RELAÇÕES ENTRE FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO	Essencial	LA4 <i>Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.</i>	Essencial	Essencial	LA4 <i>Percentagem de trabalhadores:</i> - pertencentes à comissão e subcomissão de trabalhadores, - sindicalizados, - pertencentes a outras estruturas previstas em lei específica.	Reformulação do indicador.
	Essencial	LA5 <i>Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.</i>	Essencial	Essencial	LA5 <i>Descriminação das mudanças operacionais efetuadas.</i>	Reformulação do indicador.
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	Complementar	LA6 <i>Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.</i>	Complementar	Complementar	LA6 <i>Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.</i>	Mantém-se o articulado.
	Essencial	LA7 <i>Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.</i>	Essencial	Essencial	LA7 <i>Taxa dos índices de sinistralidade laboral (índice de; incidência, frequência, gravidade e duração) por área de trabalho e faixa etária.</i>	Subdivisão em 2 indicadores e reformulação de conteúdos.
	Essencial	LA8 <i>Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.</i>	Essencial	Essencial	LA8 <i>Número de incapacitados (parciais e totais) e taxa de absentismo (horas), excepto a proveniente da sinistralidade laboral, por área de trabalho e faixa etária.</i>	
	Essencial	LA9 <i>Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.</i>	Essencial	Essencial	LA9 <i>Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, para garantir assistência:</i> - à empresa - aos trabalhadores na generalidade, e para os que laborem em obras com exigências específicas.	Reformulação do indicador e alteração da sua posição.
	Complementar	LA10 <i>Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.</i>	Complementar	Complementar	LA10 <i>Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com:</i> - Sindicatos - Estruturas estatais (SNS, ACT) - Outras.	Reformulação do indicador e alteração de posição.

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO				DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
Essencial	Complementar	Complementar	Essencial	Essencial	Essencial	Essencial	Essencial
LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.						
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.		LA11	Programas para a dinamização e gestão de competências e aprendizagem contínua, que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários existentes e dos novos funcionários, nomeadamente: - Média de horas de formação técnica (designar quais e apontar as modalidades utilizadas), por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções; - Inserção de estudantes na vida ativa (apontar planos de estágios por área profissional); - Discriminar a frequência em seminários/palestras/ colóquios (designar quais), por trabalhadores, por ano e por categoria de funções; - Reuniões entre colaboradores da mesma área, com partilha de experiências, conhecimentos, reflexão sobre erros e sucessos passados; -Participação em feiras/exposições; - Outros.			Junção dos indicadores e reformulação dos mesmos.
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira		LA12	Programas para a gestão/progressão de carreiras. Percentagem do desenvolvimento de carreira por trabalhador, de acordo com o definido no programa adotado pela empresa.			Reformulação do indicador.
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.		LA13	Disposição de trabalhadores por categoria, de acordo com as minorias e outros indicadores de diversidade: - Nacionalidade, - Pessoa especial, - E outros indicadores de diversidade.			Reformulação do indicador.
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.		LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.			Mantém-se a designação.

Tabela 9 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social – Direitos Humanos

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007	Proposta do Indicador GRI	Observações
PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE AQUISIÇÕES	Essencial	HR1 <i>Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.</i>	Essencial HR1 <i>Número total de contratos de investimento significativos, por tipologia que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.</i>	Reformulação do indicador.
	Essencial	HR2 <i>Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas</i>	Essencial HR2 <i>Percentagem da produção própria, fornecedores e empresas contratadas, e incluir junto desta amostragem os critérios relativos à avaliação de direitos humanos.</i>	Reformulação do indicador.
	Complementar	HR3 <i>Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.</i>		Supressão do indicador.
NÃO-DISCRIMINAÇÃO	Essencial	HR4 <i>Número total de casos de discriminação e ações tomadas.</i>	Essencial HR3 <i>Número total de casos de discriminação, com trabalhadores da empresa e externos e ações tomadas.</i>	Reformulação do indicador e alteração da posição.
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E ACORDO DE NEGOCIAÇÃO	Essencial	HR5 <i>Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.</i>	Essencial HR4 <i>Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.</i>	Mantém-se a designação e altera-se a posição.
TRABALHO INFANTIL	Essencial	HR6 <i>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.</i>	Essencial HR5 <i>Medidas implementadas (a montante e no decurso, das diversas atividades) por, país que contribuam para a eliminação do risco de trabalho infantil.</i>	Reformulação do indicador e alteração da posição.
TRABALHO FORÇADO E ESCRAVO	Essencial	HR7 <i>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.</i>	Essencial HR6 <i>Medidas implementadas (a montante e no decurso, das diversas atividades) por, país que contribuam para a eliminação do risco de trabalho forçado ou escravo.</i>	Reformulação do indicador e alteração da posição.
PRÁTICAS DE SEGURANÇA	Complementar	HR8 <i>Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.</i>		Supressão do indicador.
DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	Complementar	HR9 <i>Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.</i>	Complementar HR7 <i>Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.</i>	Mantém-se o articulado, mas altera-se a posição.

Tabela 10 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social – Sociedade

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007			Proposta do Indicador GRI	Observações
COMUNIDADE	Essencial	SO1 <i>Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.</i>	Essencial	SO1	<i>Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.</i>	Mantém-se o articulado.
	Essencial	SO2 <i>Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.</i>	Essencial	SO2	<i>Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.</i>	Mantém-se o articulado.
CORRUPÇÃO	Essencial	SO3 <i>Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.</i>	Essencial	SO3	<i>Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.</i>	Mantém-se o articulado.
	Essencial	SO4 <i>Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.</i>	Essencial	SO4	<i>Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.</i>	Mantém-se o articulado.
POLÍTICAS PÚBLICAS	Essencial	SO5 <i>Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.</i>	Essencial	SO5	<i>Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.</i>	Mantém-se o articulado.
	Complementar	SO6 <i>Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.</i>	Complementar	SO6	<i>Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.</i>	Mantém-se o articulado.
CONCORRÊNCIA DESLEAL	Complementar	SO7 <i>Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.</i>	Essencial	SO7	<i>Condicionantes à seleção de subempreiteiros, trabalhadores independentes, fornecedores de materiais e equipamentos de trabalho, tendo em conta a concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio.</i>	Reformulação do indicador.
CONFORMIDADE	Essencial	SO8 <i>Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.</i>	Essencial	SO8	<i>Montantes das coimas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos sociais, discriminados por tipologia e ilícito.</i>	Reformulação do indicador.

Tabela 11 - Súmula das alterações propostas aos indicadores de desempenho social – Responsabilidade pelo Produto

		Existente – GRI versão 3.0/2000-2007	Proposta do Indicador GRI		Observações
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE	Essencial	PR1 <i>Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.</i>	Essencial	PR1 <i>Para os diferentes produtos ou serviços prestados, indique/liste as avaliações de impactos efetuadas em termos de saúde e segurança (não só pelas imposições legais vigentes, como também com o objetivo de efetuar melhorias a estes, por iniciativa da empresa (códigos voluntários)), e defina a percentagem dessas avaliações.</i>	Reformulação do indicador.
	Complementar	PR2 <i>Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.</i>	Essencial	PR2 <i>Refira o número total de acidentes e incidentes resultantes de não-conformidades com os regulamentos, e códigos voluntários. Por tipo de resultado (multa ou penalidade, advertência, outros), relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida considerado.</i>	Reformulação do indicador e passagem a essencial.
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS	Essencial	PR3 <i>Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.</i>	Essencial	PR3 <i>Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.</i>	Mantém-se o articulado.
	Complementar	PR4 <i>Indique o número total de incidente resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.</i>	Essencial	PR4 <i>Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.</i>	Mantém-se o articulado, mas passa a essencial.
	Complementar	PR5 <i>Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultado de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.</i>	Essencial	PR5 <i>Listagem das ferramentas/procedimentos utilizadas(os) para averiguar da satisfação do cliente, considerados nos diferentes ciclos de vida do produto, incluindo os resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente nos diversos ciclos.</i>	Reformulação do indicador e passagem a essencial.
COMUNICAÇÕES DE MARKETING	Essencial	PR6 <i>Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.</i>	Essencial	PR6 <i>Listar comunicações de marketing (publicidade, promoção e patrocínio), e as metodologias/estudos publicitários efetuados, para averiguar da eficácia publicitária, antes durante e após as mesmas.</i>	Reformulação e junção com o indicador PR7.
	Complementar	PR7 <i>Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações demarketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.</i>			Supressão do indicador.
PRIVACIDADE DO CLIENTE	Complementar	PR8 <i>Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de Clientes.</i>	Complementar	PR7 <i>Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de Clientes.</i>	Mantém-se o articulado, altera-se a posição.
CONFORMIDADE	Essencial	PR9 <i>Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.</i>	Essencial	PR8 <i>Montante das coimas por incumprimento de leis e regulamentos relativos aos produtos e serviços.</i>	Reformulação do indicador e alteração da posição.

7 PROPOSTA FINAL DOS INDICADORES DE DESEMPENHO SUSTENTÁVEL NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Um dos objetivos do presente trabalho era chegar a uma proposta de indicadores de desempenho sustentável que se aplique às empresas do setor da construção civil. Pretende-se assim com este capítulo, apresentar a mencionada proposta, após a extensa análise aos indicadores, efetuada anteriormente (Capítulo 6) aos relatórios de sustentabilidade da GRI. Esta proposta será apresentada seguidamente, por tipo de indicador (económico, ambiental e social,) e enunciará a numeração e designação do indicador por aspeto para o referido setor. Esta, que se sugere numa adoção futura, respeita o formato da versão 3.0 da GRI, não obstante às reformulações dispostas.

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

ASPETO: Desempenho Económico

Essencial	EC1	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos por áreas de negócio/empresas do grupo.
Complementar	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas e/ou comportamentos climatéricos por diferentes países.
Essencial	EC3	Cobertura de planos existentes na organização, referentes a obrigações legais e benefícios definidos pela organização.
Essencial	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo.

ASPETO: Presença no Mercado

Essencial	EC5	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.
Essencial	EC6	Procedimentos para a contratação de recursos humanos. Proporção da contratação, por categorias de funções e por local, nos: <ul style="list-style-type: none">- Estaleiros fixos,- Temporários ou móveis.

Complementar	EC7	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.
--------------	------------	---

ASPETO: Impactes Económicos Indiretos

Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.
-----------	------------	--

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

ASPETO: Materiais

Essencial	EN1	Materiais mais utilizados, por peso ou por volume e por áreas de negócio/empresas do grupo.
Essencial	EN2	Percentagem de materiais utilizados, que são provenientes de reciclagem por áreas de negócio/empresas do grupo.

ASPETO: Energia

Essencial	EN3	Consumo direto/indireto de energia, discriminado por fonte de energia primária, provenientes de: - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e - Frota automóvel.
Essencial	EN4	Iniciativas e os correspondentes consumos aferidos, para reduzir o consumo de energia direta/indireta, devido a melhorias na conservação e na eficiência, por: - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e - Frota automóvel.
Complementar	EN5	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.

ASPETO: Água

Essencial	EN6	Consumo total de água por fonte, e por: - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis.
Complementar	EN7	Medidas de mitigação implementadas, ao consumo de água nos: - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis.
Complementar	EN8	Medidas de mitigação implementadas, aos efluentes produzidos nos: - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis.
Complementar	EN9	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.

ASPETO: Biodiversidade

Essencial	EN10	Identificação* de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas dos: - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis, arrendados ou administrados pela organização.
Essencial	EN11	Descrição dos impactes significativos, de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas, e as medidas de mitigação associadas a tais impactes.
Complementar	EN12	Participação em iniciativas de sensibilização e preservação da biodiversidade.
Complementar	EN13	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.
Complementar	EN14	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.

ASPETO: Emissões, Efluentes e Resíduos

Essencial	EN15	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso, provenientes de: - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e - Frota automóvel.
Essencial	EN16	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.
Essencial	EN17	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.
Essencial	EN18	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.
Essencial	EN19	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
Essencial	EN20	Descarga total de água por qualidade e destino, nos: - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis.
Essencial	EN21	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação, provenientes de: - Estaleiros fixos, - Temporários ou móveis, e o nível de progresso na redução de resíduos, relativamente aos dois últimos anos transatos.
Essencial	EN22	Número e volume total de derrames significativos por: - Estaleiros fixos, e - Temporários ou móveis.
Complementar	EN23	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.
Complementar	EN24	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.

ASPETO: Produtos e Serviços

Essencial	EN25	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto.
Complementar	EN26	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.

ASPETO: Conformidade

Essencial	EN27	Montantes das coimas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais, descriminados por tipologia e ilícito.
-----------	-------------	--

ASPETO: Transporte

Complementar	EN28	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.
--------------	-------------	--

ASPETO: Geral

Complementar	EN29	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.
--------------	-------------	---

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Práticas Laborais e Trabalho Condigno

ASPETO: Emprego

Essencial	LA1	Discrimine a mão-de-obra total, por: <ul style="list-style-type: none">- grupo profissional,- contrato de trabalho,- faixa etária,- género,- região.
Essencial	LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por empreitada e região.
Complementar	LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.

ASPETO: Relações entre Funcionários e Administração

Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores: <ul style="list-style-type: none">- pertencentes à comissão e subcomissão de trabalhadores,- sindicalizados,- pertencentes a outras estruturas previstas em lei específica.
Essencial	LA5	Descriminação das mudanças operacionais efetuadas.

ASPETO: Segurança e Saúde no Trabalho

Complementar	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
Essencial	LA7	Taxa dos índices de sinistralidade laboral (índice de; incidência, frequência, gravidade e duração) por área de trabalho e faixa etária.
Essencial	LA8	Número de incapacitados (parciais e totais) e taxa de absentismo (horas), excepto a proveniente da sinistralidade laboral, por área de trabalho e faixa etária.

Essencial	LA9	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, para garantir assistência: - à empresa - aos trabalhadores na generalidade, e para os que laborem em obras com exigências específicas.
Complementar	LA10	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com: - Sindicatos - Estruturas estatais (SNS, ACT) - Outras.

ASPETO: Formação e Educação

Essencial	LA11	Programas para a dinamização e gestão de competências e aprendizagem contínua, que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários existentes e dos novos funcionários, nomeadamente: - Média de horas de formação técnica (designar quais e apontar as modalidades utilizadas), por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções; - Inserção de estudantes na vida ativa (apontar planos de estágios por área profissional); - Discriminar a frequência em seminários/palestras/ colóquios (designar quais), por trabalhadores, por ano e por categoria de funções; - Reuniões entre colaboradores da mesma área, com partilha de experiências, conhecimentos, reflexão sobre erros e sucessos passados; - Participação em feiras/exposições; - Outros.
Essencial	LA12	Programas para a gestão/progressão de carreiras. Percentagem do desenvolvimento de carreira por trabalhador, de acordo com o definido no programa adotado pela empresa.

ASPETO: Formação e Educação

Essencial	LA13	Disposição de trabalhadores por categoria, de acordo com as minorias e outros indicadores de diversidade: - Nacionalidade, - Pessoa especial, - E outros indicadores de diversidade.
Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.

Direitos Humanos

ASPETO: Práticas de Investimento e de Aquisições

Essencial	HR1	Número total de contratos de investimento significativos, por tipologia que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.
Essencial	HR2	Porcentagem da produção própria, fornecedores e empresas contratadas, e incluir junto desta amostragem os critérios relativos à avaliação de direitos humanos.

ASPETO: Não-Discriminação

Essencial	HR3	Número total de casos de discriminação, com trabalhadores da empresa e externos e ações tomadas.
-----------	------------	--

ASPETO: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva

Essencial	HR4	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
-----------	------------	--

ASPETO: Trabalho Infantil

Essencial	HR5	Medidas implementadas (a montante e no decurso, das diversas atividades) por, país que contribuam para a eliminação do risco de trabalho infantil.
-----------	------------	--

ASPETO: Trabalho Forçado e Escravo

Essencial	HR6	Medidas implementadas (a montante e no decurso, das diversas atividades) por, país que contribuam para a eliminação do risco de trabalho forçado ou escravo.
-----------	------------	--

ASPETO: Direitos dos Povos Indígenas

Complementar	HR7	Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas.
--------------	------------	--

Sociedade

ASPETO: Comunidade

Essencial	SO1	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.
-----------	------------	---

ASPETO: Corrupção

Essencial	SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.
Essencial	SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.
Essencial	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

ASPETO: Políticas Públicas

Essencial	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
Complementar	SO6	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.

ASPETO: Concorrência Desleal

Essencial	SO7	Condicionantes à seleção de subempreiteiros, trabalhadores independentes, fornecedores de materiais e equipamentos de trabalho, tendo em conta a concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio.
-----------	------------	---

ASPETO: Conformidade

Essencial	SO8	Montantes das coimas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos sociais, discriminados por tipologia e ilícito.
-----------	------------	---

Responsabilidade pelo Produto

ASPETO: Saúde e Segurança do Cliente

Essencial	PR1	Para os diferentes produtos ou serviços prestados, indique/liste as avaliações de impactes efetuadas em termos de saúde e segurança (não só pelas imposições legais vigentes, como também com o objetivo de efetuar melhorias a estes, por iniciativa da empresa (códigos voluntários)), e defina a percentagem dessas avaliações.
Essencial	PR2	Refira o número total de acidentes e incidentes resultantes de não-conformidades com os regulamentos, e códigos voluntários. Por tipo de resultado (multa ou penalidade, advertência, outros), relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida considerado.

ASPETO: Rotulagem de Produtos e Serviços

Essencial	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.
Essencial	PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
Essencial	PR5	Listagem das ferramentas/ procedimentos utilizadas(os) para averiguar da satisfação do cliente, considerados nos diferentes ciclos de vida do produto, incluindo os resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente nos diversos ciclos.

ASPETO: Comunicações de *Marketing*

Essencial	PR6	Listar comunicações de <i>marketing</i> (publicidade, promoção e patrocínio), e as metodologias/estudos publicitários efetuados, para averiguar da eficácia publicitária, antes durante e após as mesmas.
-----------	------------	---

ASPETO: Privacidade do Cliente

Complementar	PR7	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de Clientes.
--------------	------------	---

ASPETO: Conformidade

Essencial	PR8	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos aos produtos e serviços.
-----------	------------	--

8 CONCLUSÕES E PERSPETIVAS FUTURAS

Partindo do “roteiro” da GRI-G3, adotado pelas empresas em estudo, mais concretamente da sua parte 2, relativa ao elenco dos diversos indicadores de desempenho usados em cada uma das três dimensões (económica, social e ambiental), o presente estudo representou uma iniciativa para se aferir acerca: da adequabilidade da informação reportada, apreciar a existência de padrões nos reportes, e informar quanto à pertinência dos indicadores existentes no “roteiro”, perante o setor da construção civil.

A avaliação destes objetivos encontra-se minuciosamente disposta no capítulo 6 do presente trabalho, no entanto, e a título conclusivo, neste capítulo ressaltam-se as críticas mais pertinentes aí presentes, que interessam considerar com vista à criação de estratégias, que permitam dotar os indicadores com critérios que possam ser passíveis de serem mensurados e comparados.

Desta forma observou-se o seguinte:

- ✓ A utilização de referenciais históricos, principalmente pelo grupo - Somague, que deverá ser uma prática a adotar por todas as empresas (sugere-se pelo menos a alusão ao último ano transato), uma vez que proporcionará ao leitor uma perceção imediata, do comportamento temporal do indicador em causa.
- ✓ Apesar dos grupos em estudo, deterem áreas de negócio distintas do setor da construção civil verifica-se, que o reporte da grande maioria dos indicadores, é disposto conjuntamente. Este comportamento deverá ser alterado, na medida em que existem indicadores que numa determinada área de negócio, são mais representativos do que em outras, e ao serem considerados como um todo, acabam por camuflar e adulterar informações. São exemplo disso os indicadores de desempenho EC1, EN1. Desta forma, dever-se-á primar o reporte por áreas de negócio.
- ✓ Alguns indicadores, nomeadamente o EC7 e PR7 solicitam informações, que se afiguram não adequadas de concretizar, uma vez que o setor em análise reveste-se de especificidades muito próprias, são exemplo disso, a fabricação dos seus produtos, que se concretiza em diversos locais não tendo “assento fixo” (características de nómada) – EN26, EC7, PR6.

- ✓ Outro ponto observado é que existem indicadores que foram citados no índice dos relatórios, mas no entanto não há nenhuma informação disponível sobre eles. Contudo o invés também acontece – EN5 entre outros.
- ✓ As empresas tratam com diferentes denominações as mesmas informações, são exemplo disso o indicador – LA1, LA7 entre outros.
- ✓ Nas três empresas verificou-se a divulgação de informações não solicitadas – EN2 e EN18 entre outros.
- ✓ Por vezes, para o mesmo indicador, as empresas demonstraram interpretações diferentes, e reportavam informações completamente díspares, o que reforça a importância de as empresas consultarem os documentos protocolares de forma a haver um padrão na divulgação dos dados, são exemplo disso, LA2 e PR1.
- ✓ Algumas empresas reportaram resultados falsos e dúbios, como por exemplo, o EN16, EN17.
- ✓ Os *layouts* de reporte por vezes prejudica o entendimento da informação, dever-se-á optar pelas sugestões dispostas nas conclusões de LA1, LA12 entre outros.
- ✓ Outra crítica a apontar, é o facto de as empresas não respeitarem uma sequência no reporte dos seus indicadores, por vezes as informações encontram-se em páginas dispersas, ou um indicador que deveria anteceder outro é reportado numa página subsequente, são exemplo disso o EN2, LA7.
- ✓ Verificou-se ainda, com alguma frequência, que as empresas nem sempre seguiram a metodologia de reporte definida nos documentos protocolares, esta prática deverá ser corrigida, de forma a criar sinergias entre os diversos *grupos*, são exemplo disso, EN18, EN22, EC1.

A empresa que se diz comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável, deve também preocupar-se em divulgar dados de qualidade nos seus relatórios e mostrar perante os *stakeholders* que efectivamente traduz o seu discurso em prática, que realmente possui ações concretas com uma preocupação das três dimensões (económico, social e ambiental). Não se pode negar que para a empresa, a introdução do conceito da sustentabilidade nas suas diretrizes traz conquistas para a sua imagem, no entanto, estas conquistas de imagem devem ser uma consequência desta mudança de atitude. Não se pode

ter apenas um discurso “politicamente correcto”, a empresa também deve de efectivar ações nesse sentido. É um poderoso aliado para as empresas que transcendem do discurso para a prática, procurando um compromisso efectivo com a mudança, de se diferenciarem das empresas que procuram simplesmente uma jogada de *marketing* é a divulgação de bons relatórios de indicadores de sustentabilidade.

De facto, importa que cada empresa procure seguir um padrão na divulgação das suas informações, assim como a demonstração das suas ações num espaço temporal regular, permitindo que essas ações possam ser comparadas ao longo do tempo, consentindo não só uma avaliação interna da empresa, como também a realização de comparações entre diferentes empresas. Vale a pena lembrar, que é pré-requisito para se trabalhar estatisticamente com os dados, que eles sejam comparáveis o que implica terem um padrão. Assim, mais uma vez se reitera a pertinência de que as empresas sigam nas edições dos seus relatórios um mesmo modelo e padrão de reporte.

Este estudo, pelo carácter académico apresenta uma limitação que está relacionada com a dimensão da amostra - 3 grupos não obstante este facto e das conotações dadas na análise aos relatórios, julga-se que a metodologia apresentada, identificou grande parte dos pontos críticos existentes no setor em análise – construção civil.

Como forma de dinamizar e dar continuidade ao presente trabalho, sugere-se que se materializam as críticas apontes no capítulo 6, dando-se exemplos concretos de reporte, primando para alguns dos indicadores acerca dos seus *layouts*, que são factores preponderantes de suscitar o interesse dos *stakeholders* e de qualquer leitor.

9 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F. (2002), *O Bom Negócio da Sustentabilidade*, 1ª edição, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, Brasil.

AMARAL, S.P. (2003), *Estabelecimento de Indicadores e Modelo de Relatório de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica: uma Proposta para a Indústria de Petróleo Brasileira*, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AZEVEDO, A.L.V. (2006), *Indicadores de Sustentabilidade Empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS*, Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

BROWN, D. (2000), *The accountable Business: Managing Corporate Responsibility in Practice*, Arthur D. Little.

CARNEIRO, G., PINHEIRO, M., ALVARENA, A., SÉRGIO, P. (2006), *Sustentabilidade Empresarial: Conceito e Indicadores*, III CONVIBRA.

Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais, 1999

GOMES, I. (2004) *Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar*, Volume 5, Número 1, 1ª Semestre Revista de Biologia e Ciência da Terra.

GOMES, M.L. (2000), Marcelino, M. M., Espada, M. G., *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, Direção Geral do Ambiente, Direção de Serviços de Informação e Acreditação.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil*, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids.htm>

KEEBLE, J. J.; TOPIOL, S. AND BERKLEY, S. (2002), *Using indicators to measure sustainability performance at a corporate and project level*.

LIBRELOTTO, L.I., FERROLI, P. C., RADOS, G. (2003), *Caracterização da sustentabilidade nas empresas de construção civil, XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto*, MG, Brasil.

MELÍCIAS, V. (2003) *Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social das Empresas*, Lisboa.

MILANEZ, B. & TEIXEIRA, B.A.N., *Proposta de método de avaliação de indicadores de sustentabilidade para gestão de resíduos sólidos urbanos*. In: FRANKENBERG, C.L.C. RAYA

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Good practices in the National Sustainable Development Strategies of OECD Countries*, 2006. Sustainable Development Studies. Disponível em: www.oecd.org.

RELATÓRIO de Sustentabilidade, 2008, Mota-Engil, SGPS, S.A.

RELATÓRIO de Sustentabilidade, 2008, Somague, SGPS, S.A.

RELATÓRIO de Sustentabilidade, 2008, Soares da Costa, SGPS, S.A.

RODRIGUEZ, M.T. & CANTELLI, M. (2003), *Gestão ambiental urbana e Industrial*, Porto Alegre: Edipucrs.

SOUZA, A., BORBA, M. R., PAGOTTO, L. M. (2003), *Relatório de Sustentabilidade: uma ferramenta para a comunicação transparente*, Visão Sustentável.

VINHA, V. G. (2003), *As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa*. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, V., Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier.

SITES:

Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, GRI 2000-2007. Versão 3.0

Disponível em: www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3guidelines/pt Acesso em 22 de Janeiro de 2010.

Sustainability and Construction, CIOB – The Chartered Institute of Building.

Disponível em: www.ciob.org.uk Acesso em 19 de Fevereiro de 2010.

www.ethos.org.br Acesso em 22 de Janeiro de 2010.

www.bcsdportugal.org Acesso em 22 de Janeiro de 2010.

www.ecossistemas.net Acesso em 22 de Janeiro de 2010.

www.piniweb.com.br/construcao/noticias/mkt-na-construcao-civil---sandra-pires-de-almeida-85925-1.asp Acesso em 7 de Maio de 2011.

www.publico.pt/Sociedade/confeccao-que-produz-para-a-zara-acusada-de-explorar-maodeobra-infantil_1336002 Acesso em 22 de Outubro de 2010.

<http://sustainability.maricopa.edu/> Acesso em 7 de Novembro de 2011

http://www.publico.pt/Sociedade/confeccao-que-produz-para-a-zara-acusada-de-explorar-maodeobra-infantil_1336002 Acesso em 22 de Outubro de 2011

LEGISLAÇÃO:

Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 12, de 29 de Março de 2010, com declaração de rectificação publicada no mesmo Boletim, n.º 17, de 8 de Maio de 2010 e vínculo na Portaria n.º 495/2010 de 13 de Julho - Instrumento de Contratação/Regulação Coletiva de Trabalho para os industriais da construção civil.

Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro - Procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante no Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de Julho, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Directiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de Junho.

Anexos

Anexo 1 – Cálculos de verificação EN3

Relativamente ao indicador EN3, seguidamente apresentam-se os cálculos de verificação para a Mota-Engil SGPS, S.A. e para a Somague SGPS, S.A., os quais se apresentam correctos.

MOTA-ENGIL SGPS, S.A.

Gasóleo:	Electricidade:
<ul style="list-style-type: none"> - densidade: 890kg/m^3 - Factor de conversão: $43,31\text{Gj/ton}$ - Passar a densidade para ton/l $890\text{kg/m}^3 = 0,890\text{ton}/1000\text{l} = 0,0089\text{ton/l}$ - Converter em Gj $43,31\text{Gj/ton} \times 0,0089\text{ton/l} \times 13.261.321\text{l}$ $= 511.169,55\text{Gj}$ <p>►CONFIRMA COM O VALOR APRESENTADO NA TABELA</p> <p>511.169 G VERIFICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Factor de conversão: $0,0036\text{Gj/Kwh}$ - Converter em Gj $0,0036\text{Gj/Kwh} \times 14.944,961\text{Kwh}$ $= 53801,86\text{Gj}$ <p>►CONFIRMA COM O VALOR APRESENTADO NA TABELA</p> <p style="color: green;">VERIFICA</p>

Observações:

O valor apresentado no gráfico apresenta um erro interpretativo relativamente às casas decimais, ou seja, onde se lê 511,169Gj deverá ler-se 511.169Gj

SOMAGUE SGPS, S.A.

Combustíveis:	Electricidade:
<p><u>Gás Natural:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - $1\text{ m}^3 = 0,039\text{Gj}$ - Converter em Gj $0,0039\text{Gj/m}^3 \times 42920\text{m}^3$ $= 1673,88\text{Gj}$ <p><u>Gasóleo + Gasolina:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - $1\text{ l} = 0,2642\text{gallon}$ - Factor de conversão: $1\text{Gj} = 0,2642\text{ gallon}$ 	<ul style="list-style-type: none"> - Factor de conversão: $0,0036\text{Gj/Kwh}$ - Converter em Gj $0,0036\text{Gj/Kwh} \times 7.439.145,00\text{Kwh}$ $= 26.780,92\text{Gj}$ <p>► CONFIRMA COM O VALOR APRESENTADO NA TABELA</p> <p style="color: green;">VERIFICA</p>

Observações:

Quanto aos combustíveis não se consegue aferir os resultados expressos no indicador, até pela redundância das conversões que equivale a dizer $1\text{l}=1\text{Gj}$, o que não é correcto e mesmo impossível!

As conversões apresentadas pela Soares da Costa são em TEP, diferindo das anteriores (Mota-Engil e Somague) e divergindo das conversões solicitadas no documento - Conjunto de Protocolos de Indicadores: EN3. A Soares da Costa deverá atender às reconversões solicitadas.

Anexo 2 – Cálculos de verificação EN16

Relativamente ao indicador EN16, seguidamente apresentam-se os cálculos de verificação do total de emissões de GEE equivalentes de CO₂.

MOTA-ENGIL SGPS, S.A.

Gasóleo:	Electricidade:
<ul style="list-style-type: none"> - Factores de emissão de CO₂: 74,1Kg/Gj - Pegando no valor de gasóleo (disposto em EN3): 511, 169Gj/ano - Converter para emissões CO₂ (ton/ano) 	<ul style="list-style-type: none"> - Factores de emissão de CO₂: 445g/Kwh líquido - Pegando no valor de electricidade (disposto em EN4): 14.944,961Kwh - Converter para emissões CO₂ (ton/ano)
<p>► NÃO CONFIRMA COM O VALOR APRESENTADO NA TABELA</p> <p>NÃO VERIFICA</p>	<p>► NÃO CONFIRMA COM O VALOR APRESENTADO NA TABELA</p> <p>NÃO VERIFICA</p>

No que respeita ao Gráfico da – “Evolução das Emissões Diretas e Indiretas de GEE (ton/ano)”, dos anos 2006, 2007 e 2008, do gasóleo e electricidade”, e apesar do ano 2008, estar incorrecto, conforme cálculos acima demonstrados, considera-se pertinente as dispersões apresentadas relativas aos dois últimos anos transatos.

SOMAGUE SGPS, S.A.

Frota Automóvel:	Electricidade:
<p><u>GASOLINA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Factores de emissão de CO₂: 2,34kgCO₂/l - Pegando no valor de gasolina (disposto em EN3): 131.262,23l - Passar o factor de emissão em tonCO₂/l <ul style="list-style-type: none"> - Converter para emissões CO₂ (ton/ano) <p>_____</p> <p>_____</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Factores de emissão de CO₂: 373gCO₂/kWh - Pegando no valor de electricidade (disposto em EN3): 7.439.145 kWh - Passar o factor de emissão em ton CO₂/kWh <ul style="list-style-type: none"> - Converter para emissões CO₂ (ton/ano) <p>_____</p>
<p><u>GASÓLEO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Factores de emissão de CO₂: 2,68kgCO₂/l 	

- Pegando no valor de gasóleo (disposto em EN3): 3.462.077,85l

- Passar o factor de emissão em tonCO₂/l

- Converter para emissões CO₂ (ton/ano)

- Somando os 2 valores da frota automóvel:

Equipamentos:

GASOLINA

- Factores de emissão de CO₂: 2,34kgCO₂/l

- Pegando no valor de gasolina (disposto em EN3): 173.998,77l

- Passar o factor de emissão em tonCO₂/l

- Converter para emissões CO₂ (ton/ano)

GASÓLEO

- Factores de emissão de CO₂: 2,83kgCO₂/l

- Pegando no valor de gasóleo (disposto em EN3): 3.603.387,15l

- Passar o factor de emissão em tonCO₂/l

- Converter para emissões CO₂ (ton/ano)

GAS NATURAL

- Factores de emissão de CO₂: 2,38kgCO₂/m³

- Pegando no valor de gás natural (disposto em EN3): 42.920m³

- Passar o factor de emissão em tonCO₂/m³

- Converter para emissões CO₂ (ton/ano)

- Somando os 3 valores dos equipamentos:

RESUMO:

	CALCULADO		INDICADOR
Electricidade	2.774,80 tonCO ₂ /ano	12%	12%
Frota Automóvel	9.585,82 tonCO ₂ /ano	42%	41%
Equipamentos	10.706,80 tonCO ₂ /ano	46%	47%

► Como se comprova pelo quadro acima as diferenças são mínimas, logo consideram-se correctos os valores apresentados no indicador.

SOARES DA COSTA SGPS, S.A.

Impossível aferir/confirmar ao total de emissões de GEE equivalentes de CO₂.